

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

2006 - 2007



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO.

**A NOVA VISIBILIDADE DO CONTINENTE AFRICANO E O
SEU IMPACTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.**

***RUI MANUEL XAVIER FERNANDES MATIAS
CORONEL DE TRANSMISSÕES***



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO.

**A Nova Visibilidade do Continente Africano e o seu Impacto nas
Relações Internacionais.**

**Rui Manuel Xavier Fernandes Matias
Coronel de Transmissões**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Lisboa, 2007



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO.

**A Nova Visibilidade do Continente Africano e o seu Impacto nas
Relações Internacionais.**

**Rui Manuel Xavier Fernandes Matias
Coronel de Transmissões**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: Major-General António Noé Pereira Agostinho

Lisboa, 2007

Agradecimentos

Manifesto o meu reconhecimento a todos os camaradas, amigos e família, cujos conselhos, opiniões e elementos bibliográficos e documentais cedidos muito contribuíram para a elaboração do presente trabalho.

Agradeço, em especial, ao Ex.^{mo} MGEN António Noé Pereira Agostinho, pela total disponibilidade e apoio prestado na formulação do plano de trabalho de investigação e ao Ex.^{mo} MGEN Dario Fernandes de Moraes Carreira, pela orientação e apoio na pesquisa de informação estratégica.

Índice

	Página
Resumo	v
Abstract	vi
Palavras-chave	vii
Abreviaturas, acrónimos e unidades métricas	viii
1. Introdução	1
2. Importância actual do petróleo	3
a. Evolução das necessidades energéticas	3
b. Produção, consumo e fluxos petrolíferos	4
c. Mercado petrolífero	5
d. Cooperação, competição e conflito pelos recursos energéticos	7
e. Síntese conclusiva	8
3. Tendências de evolução das necessidades energéticas e o seu impacto nas relações internacionais	8
a. Evolução das necessidades energéticas globais	8
b. Reservas petrolíferas	9
c. Estratégia da OPEC	10
d. Políticas energéticas	11
(1) Estados Unidos da América	11
(2) União Europeia	12
(3) China	13
(4) Rússia	15
(5) Brasil	16
(6) Japão	18
(7) Índia	19
e. Síntese conclusiva	20
4. Importância dos recursos petrolíferos africanos	21
a. Indicadores globais	21
b. África do Norte	22
(1) Líbia	22
(2) Argélia	23
(3) Egipto	23
(4) Tunísia, Marrocos e Sahara Ocidental	24
c. Faixa ocidental africana	24

(1) Nigéria	24
(2) S. Tomé e Príncipe	25
(3) Angola	25
(4) Outros países	27
d. Faixa oriental e meridional africana	28
(1) Sudão	28
(2) África do Sul	28
e. Síntese conclusiva	28
5. Estratégias dos grandes actores em África e impacto para Portugal	29
a. Percepção generalizada sobre África e a acção da ONU	29
b. Estratégia da União Europeia	31
c. Estratégia dos EUA	32
d. Estratégia da China	34
e. Estratégia de Portugal	33
(1) Interesses securitários	34
(2) Interesses políticos	34
(3) Interesses económicos	35
f. Cenários de evolução	36
g. Síntese conclusiva	37
6. Conclusões	39
Bibliografia	41
Apêndice 1 – Corpo de conceitos	
Apêndice 2 – Apontamento histórico sobre fontes energéticas	
Apêndice 3 – Principais produtores, consumidores e importadores de petróleo	
Apêndice 4 – Fluxos petrolíferos	
Apêndice 5 – Evolução dos preços de petróleo	
Apêndice 6 – Rede dos principais pipelines euro-asiáticos	
Apêndice 7 – Evolução das reservas de petróleo	
Apêndice 8 – Reservas, produção e exportação de petróleo africano	
Apêndice 9 – Principais companhias petrolíferas presentes em África	
Apêndice 10 – Relações comerciais Portugal-PALOP	
Apêndice 11 – Direitos nos blocos em Angola e destinos das exportações	

Resumo

O objecto do presente estudo é avaliar a importância actual e futura do petróleo na balança energética global, analisar o potencial e papel dos recursos africanos, e prospectar o seu impacto nas relações internacionais, nomeadamente, no relacionamento de Portugal com o espaço lusófono africano. Para a elaboração do trabalho foi utilizada a metodologia de análise geopolítica/geoestratégica, utilizando dados obtidos a partir de pesquisa bibliográfica e documental, elementos colhidos de palestras e seminários e de algumas entrevistas prospectivas com especialistas.

O petróleo é um recurso estratégico essencial ao desenvolvimento económico e do nível de vida. Algumas das grandes potências económicas actuais e emergentes têm uma crescente dependência externa de recursos energéticos, que constitui uma das principais causas da conflitualidade em algumas regiões do globo, bem como a razão para a criação de acordos e organizações de cooperação. Os problemas ambientais, a depleção das reservas petrolíferas e a instabilidade em algumas das principais regiões produtoras determinaram a adopção de novas políticas energéticas pelos principais países consumidores e a diversificação do aprovisionamento. No entanto, as previsões da IEA apontam para que a procura de petróleo cresça de 2002 a 2030 em cerca de 57%, o que não será acompanhado pelo crescimento das reservas comprovadas.

Os recursos africanos têm um peso significativo de 12% da produção mundial, prevendo-se a triplicação das reservas comprovadas até 2025. Os proventos desta indústria representam a principal fonte de receitas dos países produtores africanos, para ultrapassarem os problemas estruturais com que se debatem. Os investimentos no sector petrolífero africano têm as mais diferentes origens e, para além das relações tradicionais entre os países africanos e as antigas potências colonizadoras, é de destacar as novas estratégias da UE, dos EUA e da China, que poderão introduzir alterações nos quadros relacionais e, inclusivamente, gerar novas situações de instabilidade e conflitualidade, colocando desafios aos interesses portugueses em África. Contudo, o poder relativo de Portugal, a ligação histórica e cultural, o relacionamento no passado recente e a não agressividade das suas estratégias serão factores que possibilitarão o reforço das relações de cooperação, em especial com os PALOP.

Abstract

The aim of this study is to evaluate the current and future share of oil in the global energy mix, to analyze the role of African resources and to predict their impact on international relations, specifically as regards its effects on Portugal's relations with Portuguese-speaking African countries. The research work was carried out through the study of a variety of literature and documents, attendance of seminars and interviews, which all provided the basis for a geopolitical and geostrategical analysis.

Oil is a strategic resource and an essential factor of economic growth and improvement in the standards of living. Some of the major economic powers have an increased dependence on foreign energy resources, which are the main cause of competition and conflict in some of the producing regions, as well as the reason for the establishment of organizations and partnership agreements. The main oil-consuming countries have been adopting energy policies for environmental protection, to increase energy efficiency and conservation, to develop renewable energy sources and clean technologies, and to diversify the oil suppliers, in order to lessen the impact of energy price volatility and supply uncertainty. Nevertheless, the IEA estimates that the oil demand will increase 57% from 2002 to 2030, which will not be kept up by the increase of proven oil reserves.

Africa's oil resources represent a 12% share of the world production, and its proven reserves will probably triple by 2025. The revenue from oil industry is the main source of income for African producing countries, which need those funds to overcome the structural problems they face. Countries from all over the world are currently investing in the African oil industry. The former colonizing powers maintain their traditional presence, but new actors such as the EU, the US and China are developing strategies that might change the balance of relations, and generate new instability and conflict scenarios. This could represent a challenge for Portuguese interests in Africa. Nevertheless, the perception of Portugal's small power, its cultural and historical bounds, its non aggressive strategies, and its recent relations are factors that will pave the way for reinforced cooperation, especially, with the Portuguese-speaking African countries.

Palavras-Chave

África

CPLP

PALOP

Geopolítica

Petróleo

Recursos Energéticos

Relações Internacionais

Abreviaturas e acrónimos

ACP	- African, Caribbean and Pacific Group of States
ACRI	- African Crisis Response Initiative
AGOA	- African Growth and Opportunity Act
ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
APEC	- Asia Pacific Economic Cooperation
APEREC	- Asia Pacific Energy Research Centre
ASEAN	- Association of Southeast Asian Nations
ASPO	- Association for the Study of Peak of Oil and Gas
BP	- British Petrol
BRIC	- Brasil, Rússia, Índia e China
CEDN	- Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMAC	- Communauté Économique et Monétaire de l'Afrique Centrale
CEN-SAD	- Communauté des Etats Sahélo-Sahariens
CEPGL	- Communauté Économique des Pays des Grands Lacs
CFSP	- Common Foreign Security Policy
COI	- Commission de l'Océan Indien
COMESA	- Common Market for East & Southern Africa
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSSDCA	- Conference on Security, Stability, Development and Cooperation in Africa
CUE	- Conselho da União Europeia
DOD	- Department of Defence
DOE	- Department of Energy
ECA	- Coopération de l'Afrique de l'Est
ECCAS	- Economic Community of Central African States
ECOGEE	- Growth Through Engendering Enterprise in ECOWAS Countries
ECOTRADE	- ECOWAS Trade
ECOWAS	- Economic Community of West African States
EIA	- Energy Information Agency
EOR	- Enhanced Oil Recovery
ESDP	- European Security and Defence Policy
EU	- European Union
EUA	- Estados Unidos da América

EUROMED	- Euro-Mediterranean Partnership (Barcelona Process)
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GDP	- Gross Domestic Product (PIB)
HIV	- Human Immunodeficiency Virus
I & D	- Investigação e Desenvolvimento
IAGS	- Institute for the Analysis of Global Security
ICEP	- Instituto do Comércio Externo de Portugal
IDE	- Investimento Directo Estrangeiro
IEA	- International Energy Agency
IMF	- International Monetary Fund
IPAD	- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
JDZ	- Joint Development Zone
LNG	- Liquefied Natural Gas
MEND	- Movement for the Emancipation of the Niger Delta
MISTOWA	- Strengthening Networks of Market Information and Traders' Organizations in West Africa
NAFTA	- North American Free Trade Agreement
NNPC	- Nigerian National Petroleum Corporation
NSS	- National Security Strategy
OCDE	- Organization for Economic Co-operation and Development
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONU	- Organização das Nações Unidas
OPEC	- Organization of the Petroleum Exporting Countries
OUA	- Organização da Unidade Africana
PALOP	- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAMPA	- Programa de Apoio às Missões de Paz em África
PIB	- Produto Interno Bruto
PSA	- Production Sharing Agreement
PSC	- Production Sharing Contract
RDC	- República Democrática do Congo
SADC	- South African Development Community
SEC	- US Securities Exchange Commission
SIDA	- Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
STP	- São Tomé e Príncipe
UA	- União Africana

UE	- União Europeia
UEMOA	- Union Économique et Monétaire Ouest Africaine
UFM	- Union du Fleuve Mano
UK	- United Kingdom
UMA	- Union du Maghreb Arabe
UN	- United Nations
UNECA	- United Nations Economic Commission for Africa
UNIDIR	- United Nations Institute for Disarmement Research
UNSC	- United Nations Security Council
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAFRICOM	- US Africa Command
USAID	- United States Agency for International Development
USD	- US Dollar
USGS	- United States Geological Society
WAGP	- West African Gas Pipeline
WAIBL	- West Africa International Business Linkages Program
WAMI	- West African Monetary Institute
WAMZ	- West African Monetary Zone
WAPP	- West Africa Power Pool
WARP	- West Africa Regional Program
WATH	- West African Trade Hub
ZEE	- Zona Económica Exclusiva

Unidades de medida

b	- Barril
BTU	- British Thermal Unit
cal	- Caloria
d	- Dia
J	- Joule
l	- Litro
TOE	- Tonnes of Oil Equivalent
Ton	- Tonelada
W	- Watt
K	- 10^3

M - 10^6

G - 10^9

1 Ton = 7,33 Barris

1 b = 159,2 litros \pm 0,136 Ton

1 b/d = 49,8 Ton/ano

1 Kcal = 4,187 J = 3,968 BTU

1 BTU = 0,252 Kcal = 1,055 KJ

1 KW.h = 860 Kcal = 3600 KJ = 3412 BTU

1 gallon = 3,8 l (US)

1 TOE = 10 Gcal = 42 GJ = 40 MBTU = 1,5 Ton Hard Coal = 12 MW.h

“Próprio dos sábios é o pouparem-se de hoje para amanhã; e saiba Sua Mercê que um ignorante e rústico pode mesmo assim acertar uma vez por outra com o que chamam regras de bem governar.”

Sancho Pança, em D. Quixote de la Mancha,
de Miguel de Cervantes

1. Introdução

A energia é um dos factores primordiais para o desenvolvimento. Constitui um elemento essencial na actividade económica e repercute-se também no desenvolvimento humano, através da educação, saúde, satisfação das necessidades básicas de alimentação, transporte, habitação, e todas as actividades que, duma ou outra forma, contribuem para a criação dum ambiente em que o ser humano se realize em todo o seu potencial. A importância dos recursos energéticos ultrapassa o domínio económico, social e ambiental. É um elemento fundamental de poder, determinante na hierarquização dos estados, na acção política e estratégica e na organização do espaço.

A crescente procura de energia, em especial por parte de países em desenvolvimento, as tensões e conflitualidade nas zonas onde se situam os principais produtores, reservas, refinarias e sistemas de transporte de hidrocarbonetos, nomeadamente no Médio Oriente e Cáspio, as disputas territoriais, o fundamentalismo, o terrorismo e os movimentos autonómicos, entre outros, são elementos que determinam a procura de novas fontes alternativas de aprovisionamento.

É neste contexto que o presente tema – ***Geopolítica do Petróleo. A nova visibilidade do continente africano e o seu impacto nas relações internacionais*** – se revela da maior acuidade e importância. Os recursos petrolíferos africanos têm já hoje um contributo significativo para a produção mundial, e perspectiva-se uma maior relevância futura na satisfação duma procura energética crescente, com as decorrentes consequências nas relações internacionais.

A temática insere-se no contexto das Relações Internacionais, tendo como base conceptual a Estratégia, mas com elementos de carácter multidisciplinar, nomeadamente, do âmbito da economia, dos modelos matemáticos, da sociologia, da geografia e outros.

Os dados estatísticos sobre reservas, produção, refinação e distribuição disponíveis apresentam algumas discrepâncias de fonte para fonte. Neste domínio, merecem especial crédito as publicações da International Energy Agency (IEA), quer pela independência, quer pela base científica dos modelos matemáticos utilizados nas estatísticas e projecções. A necessidade de dados referentes à mesma data e tão recentes quanto possível levou à consulta de outras fontes, que se consideram válidas para uma análise de natureza

predominantemente qualitativa. No âmbito da acção política e estratégica é relevante a documentação oficial dos estados e organizações internacionais, complementadas por publicações de autores ou instituições especializadas.

O objecto do presente estudo é avaliar a importância actual e futura do petróleo na balança energética global, analisar o potencial e papel dos recursos africanos, e prospectar o seu impacto nas relações internacionais, nomeadamente, no relacionamento de Portugal com o espaço lusófono africano. Dado o objecto do estudo e as limitações físicas e temporais decorrentes do contexto escolar em que é elaborado, o trabalho será focado na evolução das necessidades energéticas, na importância dos recursos africanos, na acção política e estratégica dos principais actores, bem como nos interesses portugueses em África. Será feita a ponte com outros actores e questões, onde se deduzir da sua relevância.

Assim, estabeleceram-se os seguintes objectivos de investigação: 1) Avaliar a importância actual do petróleo do ponto de vista económico, político e estratégico; 2) Prospectar a evolução das necessidades energéticas e analisar o impacto dessa evolução nas relações internacionais; 3) Avaliar a importância dos recursos petrolíferos africanos, numa perspectiva de satisfação das crescentes necessidades globais e como instrumento de desenvolvimento interno; 4) Prospectar o impacto da importância dos recursos petrolíferos africanos nas relações internacionais, em especial, no relacionamento de Portugal com o espaço lusófono africano.

Face aos objectivos da investigação e a delimitação do objecto de estudo, elegeu-se a seguinte questão central: *Admitindo-se uma procura crescente de recursos energéticos, qual a importância dos recursos petrolíferos africanos na balança energética global, qual o seu impacto nas relações internacionais e nas relações de Portugal com o espaço lusófono africano?*

Desta questão central relevam as seguintes questões derivadas:

- *Qual a importância actual do petróleo no desenvolvimento económico e social dos países desenvolvidos, e o seu papel na estruturação das relações internacionais?*
- *Quais são as tendências de evolução das necessidades energéticas, as principais questões de competição, conflitualidade e segurança e os possíveis novos quadros relacionais?*
- *Qual a importância actual e futura dos recursos petrolíferos africanos, como contributo para a satisfação das crescentes necessidades globais e como instrumento de desenvolvimento interno?*

- *Qual o impacto da importância dos recursos petrolíferos africanos nas relações internacionais, e de que forma o relacionamento de Portugal com o espaço lusófono africano poderá ser afectado?*

Foram assim estabelecidas as seguintes hipóteses:

- O petróleo é uma matéria-prima estratégica, e face à disparidade entre grandes países produtores e consumidores, o seu acesso e controlo é causa de relações de cooperação, acomodação e conflito.

- O desenvolvimento económico e social determina um crescimento significativo da procura energética nas próximas décadas e, apesar das políticas energéticas das grandes potências económicas, a importância das regiões de grandes reservas e produção petrolífera manter-se-á e assumirão maior importância e protagonismo outras regiões produtoras.

- Os recursos petrolíferos africanos têm um papel relevante na satisfação das necessidades globais, constituem uma potencial alavanca de desenvolvimento interno, e constituem razão dum novo interesse pelo continente africano.

- As novas estratégias para África dos grandes actores vêm alterar profundamente o quadro de relacionamento actual e colocam em risco os interesses portugueses, em especial, no espaço dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Para a elaboração do trabalho foi utilizada a metodologia de análise geopolítica/geoestratégica, que encerra em si mesma vários métodos complementares. Para o efeito foram utilizados dados obtidos a partir de pesquisa bibliográfica e documental, elementos colhidos de palestras e seminários e de algumas entrevistas prospectivas a especialistas na área da informação estratégica. Sobre estes elementos foi feita a análise e foram elaboradas as respectivas conclusões. Em termos de apresentação, o trabalho está estruturado em seis partes: uma introdução, quatro parágrafos e uma conclusão.

2. Importância actual do petróleo

a. Evolução das necessidades energéticas

Nos últimos quarenta anos, a economia mundial cresceu a taxas médias anuais entre os 3 e os 4% (IMF, 2006) e, no mesmo período, as necessidades energéticas globais aumentaram de 3 800 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (TOE) em 1965, para 10 500 milhões em 2005 (BP, 2006). Estas necessidades foram satisfeitas por várias fontes, nomeadamente, pelo petróleo, carvão, gás natural, energia nuclear, energia hidroelétrica, biomassa e, mais recentemente, pelas designadas novas energias renováveis. O contributo de cada fonte para a satisfação das necessidades globais evoluiu no tempo, em função das tecnologias disponíveis e respectivos custos, do aumento da procura

resultante das necessidades da economia e da melhoria da qualidade de vida das populações e, mais recentemente, em função de preocupações ecológicas e de considerações sobre segurança energética.

O contributo do petróleo teve um crescimento relevante, sobretudo na segunda metade do século XX, em grande parte pela disponibilidade, baixos custos da oferta e pela inexistência de alternativas (IEA, 2004: 58) (vidé apêndice 2).

b. Produção, consumo e fluxos petrolíferos

Durante o ano de 2005, a produção mundial de petróleo foi de 3 895 milhões de toneladas, o equivalente a cerca de 81 Mb/d, o que representou cerca de 36,5% das necessidades primárias globais de energia (BP, 2006). Os países da OPEC contribuíram com cerca de 41,7% deste valor, o que evidencia o seu peso no mercado mundial.

O consumo global foi de 3 836,8 milhões de toneladas, sendo de salientar que os Estados Unidos da América (EUA) foram responsáveis por cerca de 24,6%, a União Europeia (UE) por 18,5%, a China por 8,5% e o Japão por 6,4%. O conjunto da OCDE consumiu cerca de 59,2%.

É de particular relevância a diferente situação dos sete países mais ricos (vidé apêndice 3). A França, a Alemanha e o Japão dependem totalmente do exterior para o fornecimento de petróleo e em situação quase similar está a Itália, que apenas cobre cerca de 6,5% das suas necessidades. Os EUA têm uma dependência petrolífera externa de cerca de 66,9%. O Canadá é auto-suficiente e exporta cerca de 26,5% da sua produção. O Reino Unido produz pouco mais além das suas necessidades.

As potências emergentes, vulgarmente designadas pela sigla BRIC, têm também situações muito diferenciadas. A Rússia é auto-suficiente e exporta cerca de 71,4% da sua produção de petróleo. O Brasil é auto-suficiente e com potencialidades para se tornar um exportador significativo. A China tem uma dependência externa de 48,1% e a Índia de cerca de 68,5%. É de realçar o peso crescente destes países na procura mundial, pois alguns estudos, nomeadamente, da Goldman Sachs, projectam-nos, juntamente com os EUA e o Japão, como as seis maiores economias em 2050 (Wilson e Purushothaman, 2003).

As principais fontes de fornecimento dos EUA situam-se na América do Sul e Central, Médio Oriente, Canadá, África Ocidental e México. A Europa importa da Rússia, Médio Oriente e Norte de África. O Japão é fortemente dependente do Médio Oriente. A China tem como principais fornecedores o Médio Oriente, a África Ocidental e a Rússia.

Também é de realçar as maiores regiões exportadoras: o Médio Oriente com 40%, a Rússia com 14,2% e a África Ocidental com 8,8% do total mundial (vide apêndice 4).

c. Mercado petrolífero

Até à década de 70 do século passado, o mercado petrolífero mundial foi dominado por um cartel de grandes empresas, vulgarmente designadas pelas “sete irmãs”. As quatro maiores produtoras eram a Exxon, a BP, a Shell e a Gulf, a que se juntavam a Socal, a Texaco e a Mobil. Em 1950 controlavam 98,3% do mercado, em 1957 cerca de 89% e em 1969 cerca de 76,1% (Rodrigues, 2000: 84). Estas empresas, apesar da sua natureza privada, sempre contaram e contam com o apoio dos países de origem, dada a importância da sua actividade na satisfação das necessidades energéticas e no desenvolvimento (Rodrigues, 2000: 49-59 e National Policy Development Group, 2001: Cap 8).

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo nasceu em Bagdad, em 14 de Setembro de 1960, pela iniciativa da Arábia Saudita, Irão, Iraque, Kuwait e Venezuela, com a finalidade de concertar as políticas petrolíferas dos estados membros, assegurar a regularidade da produção e oferta e salvaguardar uma distribuição equitativa dos proventos. Os preços de crude eram, até então, determinados pela oferta e procura, e influenciados por algumas medidas proteccionistas por parte dos governos. O volume da produção, instrumento primordial para influência nos preços de mercado, era determinado pelo cartel das companhias petrolíferas.

A tentativa da OPEC para assumir o controlo do mercado não teve sucesso imediato, pois os países membros não possuíam *know-how*, desconheciam os destinos da produção e os contratos de exploração e produção não previam mecanismos reguladores. Na sequência da Guerra dos Seis Dias em 1967, os países árabes tentaram um embargo petrolífero aos EUA e Reino Unido, sem sucesso. A afirmação como cartel de países produtores, teve a sua primeira grande expressão na Guerra do Yom Kippur, em 1973. A organização determinou a redução da produção em 5% e o embargo total aos EUA, Holanda, Portugal e África do Sul. O impacto deste primeiro choque petrolífero fez deslocar definitivamente o controlo do mercado para a OPEC, que se veio a confirmar no choque petrolífero resultante da Revolução Iraniana de 1979.

A OPEC estimava deter, em 2005, 78,5% das reservas mundiais comprovadas de petróleo convencional e cerca de 42,7% da produção mundial (OPEC, 2006 a)). A organização regula-se por um sistema de quotas de produção, proporcional às reservas petrolíferas comprovadas de cada país membro, para, de uma forma concertada, definir o volume de produção e manter os preços nos níveis desejados, contrariando as flutuações do

mercado livre. A maior parte dos seus membros produz no máximo da capacidade instalada, por vezes excedendo as respectivas quotas, sendo a Arábia Saudita a única excepção, ao manter uma capacidade sobrança, com a qual regula o mercado, aumentando ou diminuindo a produção (National Policy Development Group, 2001: 8-4). Se esta estratégia confere à Arábia Saudita um papel de liderança na organização e de interlocutor privilegiado com as grandes potências consumidoras, nomeadamente com os EUA, também é facto que sobre ela recaem, praticamente, todos os custos do seu papel regularizador mundial. Um elemento essencial para a valorização do petróleo como factor de poder dos países produtores foi a alteração dos regimes de exploração e produção. O licenciamento deixou de ser feito através de Contrato de Concessão, privilegiando-se a modalidade de *Production Sharing Agreement* (PSA), em que o Estado, para além do pagamento de bónus e de impostos pelas companhias concessionárias, impõe uma percentagem de partilha da produção. Esta modalidade permite aos países produtores definirem políticas de exportação da sua parte disponível para países do seu interesse.

O petróleo e derivados são alvo da especulação própria do mercado das *commodities*, mas é agravada por quaisquer acontecimentos que possam influenciar os fluxos, desde acções terroristas ou criminosas, conflitos como o do Iraque, acidentes naturais como o Katrina e Rita, que destruíram capacidades de refinação, ou até meras declarações de descoberta de novas jazidas. Os países produtores, no entanto, têm todo o interesse na estabilidade de preços, que lhes permita planear a produção, prever proventos e evitar reflexos económicos negativos e, pelo contrário, os especuladores fazem os seus grandes lucros nas flutuações de mercado. As quotas de produção, os embargos, os contratos de exploração preferenciais estabelecidos pelos países produtores, bem como as medidas tomadas pelos países importadores, nomeadamente, o controlo de preços, a contingentação das importações e fiscalidade, são outros factores influenciadores do mercado, que é assim, de extraordinária volatilidade (vidé apêndice 5).

Apesar da alta de preços verificada após a invasão do Iraque em 2003, a oferta tem vindo a satisfazer a procura. As grandes potências económicas têm suprido as suas necessidades a partir de origens com alguma constância no tempo, complementadas esporadicamente com transacções *spot*, a partir de outras fontes, e jogando também com as suas reservas estratégicas. Contudo, este aumento sustentado não resultou apenas do impacto mediático do conflito, mas sim e essencialmente, dos cortes de produção estabelecidos pela OPEC, com o objectivo de colocar os preços acima da tradicional faixa dos 22 a 28 dólares (vidé apêndice 5). O elevado impacto do aumento dos custos da

energia na economia global, na inflação e no desemprego (IEA, 2004: 54) tem determinado a revisão das políticas energéticas das grandes potências, nomeadamente no tocante à diversificação do aprovisionamento e na redução da dependência do petróleo.

d. Cooperação, competição e conflito pelos recursos energéticos

O acesso aos recursos energéticos sempre foi um factor determinante na acção política e estratégica, bem como na organização do espaço. Vários pensadores elaboraram sobre o tema dum ponto de vista geopolítico e geoestratégico, de que são exemplos Karl Haushofer, no âmbito da autarcia económica das Pan-Regiões (IAEM, 2000: 28-32), Saul B. Cohen na sua análise do Médio Oriente como cintura de fragmentação (*shatterbelt*) (Cohen, 1980: 137-142), Zbigniew Brzezinski na sua caracterização da região do Médio Oriente, Cáspio e Transcaucásia como uma *Global Zone of Percolating Violence* (Brzezinski, 1997: 30-48) ou Henry Kissinger no estudo das áreas de relacionamento preferencial dos EUA (Kissinger, 2002: 153-193). A influência destas doutrinas nas elites, em cada época, materializou-se na tentativa de controlo do Cáucaso pela Alemanha e da Indonésia pelo Japão, durante a II Guerra Mundial, a pluri-influência das duas superpotências no Médio Oriente, durante a Guerra Fria, ou no actual xadrez geopolítico da região do Cáspio e da Transcaucásia.

Os instrumentos utilizados vão desde os acordos político-económicos, à cooperação técnica, ao apoio diplomático a projectos de integração regional, ao estabelecimento de bases militares, ao apoio a regimes autocráticos e patrocinadores de fundamentalismo, como é o caso da Arábia Saudita e, já no âmbito da coacção, o apoio a movimentos separatistas, os bloqueios económicos, como no caso da Venezuela ou Irão, ou à acção militar evidente, no caso do Iraque.

É de assinalar o papel dos *pipelines* como meio de transporte estruturante do espaço e das relações. A necessidade de avultados investimentos iniciais implica a constituição de parcerias e a concertação de apoios financeiros. Posteriormente, as dependências criadas, na direcção dos fluxos, propiciam a diversificação das relações ou o uso da coacção.

A título de exemplo, aponta-se o caso da Rússia, que após a implosão da URSS e a consequente degradação do aparelho produtivo, estabeleceu uma estratégia de potenciação dos seus recursos em hidrocarbonetos, através do lançamento de *pipelines* para fornecimento de petróleo à Europa. Os cortes no abastecimento à Ucrânia em 2005 e à Bielo-Rússia em 2006 provocaram uma reflexão da UE sobre as questões de segurança de aprovisionamento e sobre a sua excessiva dependência da Rússia. Outro exemplo liminar foi o confronto de duas iniciativas na região do Cáspio: o projecto russo Caspian Pipeline

Consortium e o projecto Baku-Tbilisi-Ceyhan dum consórcio liderado pela BP, com apoio do governo americano. O primeiro visava canalizar a produção do Cáspio através da Rússia, até ao porto de Novorossiysk no Mar Negro; o segundo visava curto-circuitar a Rússia e o Irão, canalizando a produção do Cáspio para o porto turco Ceyhan no Mediterrâneo (vidé apêndice 6). A conflitualidade na Chechénia, na Ossétia do Sul, no Alto-Karabakh, na Inguchia, na Adjária ou no Daguestão não pode ser analisada, sem ter presentes, entre outros, os interesses petrolíferos e a definição do traçado de *pipelines* (Pulido e Fonseca, 2004: 112-124).

e. Síntese conclusiva

A energia é um elemento essencial para o desenvolvimento e o petróleo tem tido um contributo crescente para a satisfação das necessidades energéticas, que em 2005 se cifrava na ordem dos 35% e para o qual não existem alternativas ou sucedâneos, nomeadamente, no sector dos transportes. A dependência externa de petróleo, por parte de algumas das grandes potências económicas, é determinante no estabelecimento de relações de cooperação e de acomodação com os países produtores, na procura da satisfação das suas necessidades. A actuação da OPEC como cartel, a volatilidade do mercado, o papel estruturante dos *pipelines* e o crescente aumento das necessidades energéticas são factores relevantes na competição e na conflitualidade do mundo actual.

3. Tendências de evolução das necessidades energéticas e o seu impacto nas relações internacionais

a. Evolução das necessidades energéticas globais

A IEA apresentou no World Energy Outlook 2004 (IEA, 2004) uma previsão das tendências de evolução das necessidades energéticas, através dum estudo realizado com modelos matemáticos complexos. Como ferramenta prospectiva, os estudos têm a validade de qualquer projecção, pois não podem ter em conta fenómenos futuros que provoquem alterações qualitativas nos modelos, como sejam a conflitualidade, catástrofes naturais, novas tecnologias, ou outros.

A IEA utilizou um cenário de referência com base nas seguintes hipóteses: as políticas energéticas em vigor em 2004 não sofreriam grandes alterações, os preços de petróleo manter-se-iam na faixa dos 25 a 30 USD e haveria um aumento progressivo da eficiência energética. Neste cenário de referência, o estudo prevê que, entre 2002 e 2030, o crescimento económico se desenvolva a uma taxa média de 3,2% ao ano e que a população mundial cresça de 6,2 mil milhões de habitantes, em 2002, para 8 mil milhões, em 2030. As necessidades de fontes energéticas primárias crescerão 60% entre 2002 e 2030,

atingindo os 16,5 mil milhões de TOE. No caso do petróleo, o estudo apresenta uma projecção em que a procura passará de 77 mil milhões de barris em 2002, para 121 mil milhões de barris em 2030, sendo o sector dos transportes responsável por 54% do consumo. Prevê-se que a biomassa mantenha uma quota de 20% na satisfação das necessidades energéticas, o consumo de carvão represente 22% e o consumo de gás duplique. A energia nuclear terá um crescimento, mas não à mesma percentagem do crescimento global, devido ao fim de vida útil de grande número de reactores. As energias renováveis crescerão a um ritmo de 5,7% ao ano. Para suportar este crescimento estima-se uma necessidade de investimentos em infra-estruturas de cerca de 16 biliões de USD, entre 2002 e 2030, a que corresponderá um valor médio anual de 568 mil milhões de USD.

O estudo admite que, num cenário alternativo com base em novas políticas energéticas, o consumo de energias fósseis possa ser reduzido em 14%, com um aumento de 30% das energias renováveis (não contabilizando a biomassa e energia hidroelétrica).

Num cenário de uma alta de preços sustentada do petróleo, perspectiva-se um forte impacto no desenvolvimento económico, o aumento de 16% do investimento em petróleo não-convencional e cerca de menos 116 mil milhões de investimento no Médio Oriente. Tal corresponderia, em 2030, a uma quota da OPEC inferior a 40% na produção global.

b. Reservas petrolíferas

Para uma análise prospectiva sobre o papel do petróleo no futuro, a questão da evolução das reservas é um factor de primordial importância. A tecnologia de prospecção tem vindo a progredir utilizando métodos sísmicos, geológicos e de simulação com modelos, reduzindo a incerteza quanto à existência de recursos petrolíferos numa dada região. Contudo, a US Securities Exchange Commission (SEC) proíbe a declaração de reservas sustentada apenas em dados sísmicos, sendo obrigatória a inclusão de dados resultantes da exploração na jazida.

O volume das reservas tem importância em termos de peso político e comercial dos países, que são sempre os detentores do subsolo. Para as companhias petrolíferas, o valor das reservas tem impacto na cotação das acções, é um factor de estabilização de mercado e um factor dissuasor de políticas de nacionalização, pela sua incorporação no valor indemnizatório; pelo contrário, a deflação inicial do volume das reservas permite conseguir contratos de concessão mais favoráveis, em termos de taxas e condições contratuais. No caso da OPEC, em que as quotas de produção de cada país-membro são proporcionais às respectivas reservas comprovadas, é comum alguns países membros fazerem declarações com valores acima dos reais.

O Departamento de Energia dos EUA (DOE) elaborou estimativas sobre a evolução das reservas mundiais de petróleo, até 2025, num cenário de alta de preços, integrando como petróleo convencional as areias betuminosas do Canadá (vide apêndice 7). O estudo prevê que as reservas evoluam de cerca de 1300 mil milhões de barris em 2005, para perto de 3000 mil milhões de barris em 2025. Apesar de ser muito discutível a rentabilidade económica dos betuminosos, mesmo neste cenário, a importância das reservas do Médio Oriente e OPEC, respectivamente 42,7% e 57,3% do total mundial, é incontornável, pela impossibilidade de qualquer outra região poder compensar boicotes ou cortes significativos na produção. Assumirão também importância significativa as reservas da América Central e do Sul com cerca de 10,8% do total mundial, as de África com cerca de 10,2% e as da Rússia com cerca de 9,5%.

Um conceito subjacente à noção de reservas é o tempo de exploração que determinada fonte permite. M. King Hubert, geólogo da Shell, demonstrou matematicamente, nos anos 60, que a exploração duma jazida corresponde a uma função em forma de sino. A partir do máximo, ou pico, os custos de exploração são maiores, assim como a capacidade de extracção diária diminui. Colin Campbell, presidente da *Association for the Study of Peak Oil and Gas* (ASPO), estima que a maioria das jazidas do Médio Oriente, as britânicas do Mar do Norte, Dinamarca, Malásia, China, Bornéu, México e Índia já tenham atingido o pico, ao contrário dos novos campos do Azerbaijão, Angola, Nigéria e águas profundas do Golfo do México e que só será possível encontrar novas grandes jazidas na Rússia e em África. Campbell considera que o pico de produção mundial já foi atingido (Guardian, 2005; Kunstler, 2006), opinião não muito distante dos estudos da IEA, relativamente às reservas convencionais actuais, que o coloca entre 2005 e 2010 (vide apêndice 7).

Em síntese, a passagem do pico da produção das reservas mundiais, que tudo indica que esteja a ocorrer, determinará um aumento dos investimentos no sector de *upstream*, um aumento dos preços de petróleo e uma valorização das regiões de novas jazidas, como é o caso de África.

c. Estratégia da OPEC

A mais recente estratégia de longo prazo da OPEC sublinha a importância do petróleo na satisfação das necessidades energéticas globais e o seu papel como instrumento de desenvolvimento dos países produtores. O objectivo da estratégia é manter a estabilidade do mercado, garantir preços justos e contribuir para a segurança energética global. Para a organização, os grandes desafios que se lhe colocam são a incerteza sobre a

procura de petróleo dos países membros, derivada do crescimento económico mundial, o impacto das políticas energéticas dos países grandes consumidores na procura, bem como os níveis de produção dos países não pertencentes à organização. A OPEC estabeleceu, como objectivos, o aumento da capacidade produtiva, através da cativação de IDE para a produção e refinação, a manutenção duma política sustentada de alta de preços que providencie um retorno justo aos países produtores e a criação de mecanismos de transparência da oferta e da procura, que permitam um melhor planeamento da produção e das actividades de *downstream* (OPEC, 2006 b)).

Como já referido anteriormente, a IEA estima uma necessidade de investimentos de cerca de 16 biliões de USD, no período 2002 a 2030, para suportar o crescimento da produção energética. A questão coloca-se sobre qual o nível da alta de preços que justifica o investimento no sector petrolífero ou em energias alternativas (Marcel, 2006).

Face à situação de conflitualidade e tensões nas zonas de grandes reservas, alguns países produtores, como o Irão, a Venezuela e a própria Arábia Saudita, têm utilizado a ameaça de deixar de utilizar o dólar como moeda de referência para as cotações e transacções, substituindo-o pelo Petroeuro ou por uma bolsa de moedas. Tal medida tem sido bem acolhida por actores como a UE, China, Rússia e outros. A ser tomada, provocaria efeitos desastrosos na economia dos EUA, já que o seu grande défice comercial é amortecido pela manutenção de reservas de divisa americana pela generalidade dos estados, com a finalidade de adquirirem petróleo, bem como outros bens de consumo. Um caso elucidativo foi o do Iraque adoptar o Euro como moeda de referência e a imediata reposição do dólar, após a deposição de Saddam Hussein (Nunan, 2004 e Clark, 2005).

d. Políticas energéticas

(1) Estados Unidos da América

Apesar de serem o terceiro maior produtor de petróleo, consomem cerca de um quarto da produção mundial, com uma dependência externa de cerca de 67% e com uma fatia significativa de importações do Médio Oriente. De acordo com as estatísticas da Asia Pacific Energy Research Centre (APEREC, 2006), em 2030 os EUA consumirão cerca de 1395,4 MTon de petróleo, o que representa um aumento de 45,5% relativamente a 2005. No mesmo período, as importações crescerão de 634,4 para 965,1 MTon.

No seu discurso ao Congresso sobre o Estado da União em 2007, e na mesma tónica do efectuado em 2006, o Presidente Bush salientou a necessidade de diminuir a dependência do petróleo, a maioria importado de regiões instáveis do mundo, nomeadamente, do Médio Oriente, quer numa óptica de diminuição da dependência, quer

na da protecção ambiental (The White House, 2006 a) e c)). Estes discursos consolidam várias iniciativas legislativas anteriores, visando a melhoria da conservação e eficiência energética, a modernização da infra-estrutura energética, o aumento do aprovisionamento energético, a aceleração da qualidade e protecção ambiental, o desenvolvimento de energias alternativas e o aumento da segurança energética nacional, de forma a sustentar o crescimento económico e o aumento dos padrões de vida da população. As linhas gerais foram estabelecidas na Política Energética Nacional (National Energy Policy Development Group, 2001), seguindo-se-lhe o *Energy Policy Act of 2005* (House of Representatives, 2005) e a *Advanced Energy Initiative* (The White House National Economic Council, 2006).

A *National Security Strategy* (NSS), de Março de 2006, está claramente focada no fenómeno do terrorismo e na promoção de valores de democracia e na abertura e transparência de mercados, mas também refere as medidas constantes nos documentos de política energética. No âmbito das agendas de cooperação com os principais centros de poder mundial, há uma definição de prioridade de relacionamento com o Canadá e o México, o aprofundamento das relações com as Caraíbas, América do Sul, África e Ásia Central. O Médio Oriente continua a ser o foco da política externa, pelos conflitos e instabilidade regional, pelo terrorismo, pela ameaça da proliferação e equilíbrios regionais. A ênfase é colocada nos valores democráticos, no combate ao terrorismo e regimes autocráticos apoiantes, o que se poderá considerar uma ameaça velada ao seu aliado tradicional na região – a Arábia Saudita. Há referências explícitas ao papel destabilizador da Venezuela e acusações à China por prosseguir uma expansão militar coberta, por elaborar contratos de comércio monopolizando os abastecimentos energéticos e pelo apoio a países de grandes recursos, sem consideração pelo comportamento dos regimes (The White House, 2006 b)).

(2) União Europeia

Durante o ano de 2005, a UE consumiu cerca de 950 milhões de toneladas de petróleo, cerca de 18,5% do total mundial, das quais 655 milhões foram importadas. Os principais fornecedores foram a Federação Russa, o Médio Oriente e o Norte de África (BP, 2006). A IEA estima que a UE tenha um crescimento de 0,7% nas necessidades primárias de energia no período 2002-2030, o mais baixo dos países desenvolvidos (IEA, 2004).

O Conselho da União Europeia (CUE), na sua reunião da Primavera de 2006, e na sequência do lançamento do Livro Verde “Energia” da Comissão Europeia, estabeleceu as

bases para a Política Energética para a Europa e definiu como objectivos principais a segurança de abastecimento, a competitividade e a sustentabilidade ambiental. Tais objectivos são concretizados em políticas e fundos de I&D na área da eficiência energética e das energias renováveis, na abertura do mercado interno de gás e electricidade, no aumento da capacidade de armazenagem e transporte, no estabelecimento de um nível de inter conexão superior a 10% da capacidade produtiva de energia eléctrica, no desenvolvimento duma abordagem comum da política externa no âmbito da energia, numa maior diversificação das fontes fornecedoras e rotas de transporte, no investimento em infra-estruturas, incluindo LNG, e em abordagens operacionais comuns em situações de crise. Foram também dadas orientações para novas rotas de abastecimento de gás, a partir do Mar Cáspio e Norte de África, para a conclusão de infra-estruturas de rede (tanto no sentido Leste-Oeste, como Norte-Sul) e de instalações de LNG, utilizando todos os mecanismos de diálogo à esfera regional (p.ex. OPEC, EUROMED e Dimensão Setentrional) para estabelecer parcerias. No diálogo com a Rússia, foi considerado urgente a ratificação do Tratado de Energia bem como a finalização do Protocolo sobre Trânsito (Conselho da União Europeia, 2006).

A Comissão e o Conselho têm desenvolvido campanhas de sensibilização, programas de acção, programas-quadro com financiamento e directivas comunitárias. Contudo, no domínio da segurança energética e, mais concretamente, no tocante ao petróleo, existe uma forte dependência externa de recursos energéticos, muito centrada na Federação Russa, Médio Oriente e Norte de África.

(3) China

É o país mais populoso do mundo, com cerca 1,3 mil milhões de habitantes, tendo tido, em 2005, um crescimento do PIB de 9,9%, posicionando-se como a quarta economia mundial (APEREC, 2006).

As suas necessidades primárias de energia foram de cerca de 1 882 MTOE, em que 56,1% foram satisfeitas pelo carvão, 25,2% pelo petróleo, 11,2% por energias renováveis, 4,8% por energia hidroeléctrica, 2,1% por gás e apenas 0,6% pela energia nuclear (BP, 2005 e APERC, 2006). Importou cerca de 146,5 MTon de petróleo, ou seja, cerca de 30,9% das suas necessidades deste produto e, embora estas importações representem, no plano interno, apenas 7,8% do consumo energético global, elas foram o equivalente a 63% das importações do Japão e a 25% das importações dos EUA.

As projecções da APERC apontam para que tenha um crescimento populacional moderado – cerca de 1,45 mil milhões de habitantes em 2030, com uma forte subida do

PIB/capita. Nas projecções de consumo energético para 2030, prevê-se um crescimento significativo das importações de petróleo de 148,6 MTON em 2005 para cerca de 470,1 em 2030, ou seja, mais do triplo (APEREC, 2006).

Do ponto de vista energético, a China debate-se com alguns problemas estruturais, nomeadamente, o desequilíbrio do cabaz energético, muito apoiado no carvão, a utilização de tecnologias ultrapassadas na produção e transporte de energia, um baixo índice de eficiência energética, poluição dos cursos de água e uma elevada percentagem de emissão de dióxido de carbono – cerca de 17% do total mundial. No 11º Plano Quinquenal (2006-2010), o governo procurou a contenção da procura, o aumento da eficiência energética, o desenvolvimento dos sectores nuclear, hidroeléctrico e outros, acautelar a segurança energética, a gestão e exploração mais eficaz dos recursos nacionais, a criação duma rede integrada de petróleo e gás, bem como a abertura do sector energético à iniciativa privada. O desinvestimento nas energias renováveis dos últimos anos é confirmado neste Plano Quinquenal (Bustelo, 2005).

No domínio da segurança energética, tem diversificado as suas fontes de abastecimento através duma estratégia de aquisições internacionais, que pode ser dividida em três fases: uma primeira e exploratória (1992-1995) com aquisições experimentais na Tailândia, Canadá, Indonésia, Peru e Sudão; uma segunda (1997-2002) com aquisições no Sudão, Venezuela, Iraque, Kazaquistão, Argélia, Azerbaijão, Chade, Equador, Irão, Myanmar, Níger, Omã, Uzbequistão, Federação Russa, Síria, Tunísia, Turquemenistão, e Indonésia (onde adquiriu a filial da Repsol YPF); e uma terceira fase (pós invasão do Iraque) em que acelerou a política de aquisições na Argélia, Gabão, Egipto, Brasil, Argentina, Irão, Venezuela, Nigéria e Canadá. Entre os acordos mais recentes, destacam-se a aquisição do campo iraniano de Yadavaran em Novembro de 2004, o contrato para exploração de 15 campos no Leste da Venezuela, em Dezembro de 2004, e a compra da petrolífera canadiana Petrokazakhstan, em Agosto de 2005 (Bustelo, 2005).

De acordo com a EIA, em 2006 Angola passou a ser a primeira fonte de importação de petróleo da China, seguida da Arábia Saudita, Irão, Rússia, Omã, Guiné Equatorial e Iémen. São também de destacar os esforços diplomáticos para a construção de *pipelines* para ligação com o Kazakistão e com a Federação Russa (EIA, 2006 b)).

Do exposto e da análise documental conclui-se que a China tem procurado diversificar as suas fontes de aprovisionamento, através do incremento das suas relações externas. Algumas das aquisições não foram de peso significativo no cabaz energético, mas permitiram-lhe a implantação em diferentes regiões, a troca de tecnologia, a influência no

mercado e a preparação do futuro. Face ao crescimento da procura, sem dúvida que o Médio Oriente será o grande fornecedor das grandes economias orientais, e não só, competindo a China com o Japão, a ASEAN e a Índia. A penetração chinesa na África Ocidental, na América do Sul e Canadá colide indubitavelmente com as prioridades estratégicas dos EUA, que até agora não tinham competidor presencial nessas áreas.

(4) Rússia

A Rússia é o terceiro maior consumidor mundial de energia e o primeiro exportador de fontes energéticas primárias, nomeadamente, petróleo, gás e carvão, tendo tido o consumo interno uma grande quebra, após a implosão da União Soviética. A economia russa começou a evoluir após a reforma financeira de 1998, com um crescimento acentuado a uma taxa média de 5,1% após 2000, essencialmente à custa das exportações destas matérias primas. Apesar do aumento da procura energética interna ter crescido a uma taxa de 2,5% ao ano, prevê-se que as exportações de petróleo subam de 263,7 Mton em 2002 para 294,0 Mton em 2030 (APEREC, 2006).

As principais companhias a actuarem no sector do petróleo na Rússia são a Gazprom, Lukoil, Rosneft, Sibneft, Surgutneftegas, a Yukos, TNK-BP, Exxon-Mobil, Chevron-Texaco e Conoco-Philips. O estado é accionista maioritário na Gazprom e Rosneft e no principal operador de *pipelines* – a Transneft. De acordo com a EIA, as reservas de petróleo comprovadas e possíveis, com referência a 2003, eram cerca de 68 mil milhões de barris (EIA, 2006 c)). Um estudo da United States Geological Society (USGS) de 1998 estimava que ainda estariam por descobrir reservas de petróleo convencional superiores a qualquer país do mundo (Guardian, 2005).

Em Agosto de 2003, o Governo Federal publicou a “Estratégia Energética da Rússia para 2020”, cujos aspectos mais relevantes são: a reforma do quadro jurídico da exploração, processamento e comercialização dos recursos energéticos; aumento da eficiência energética; liberalização progressiva dos preços de mercado; exploração e desenvolvimento de novas jazidas de gás e petróleo; modernização e expansão das infra-estruturas de transporte e exportação; diversificação dos mercados de exportação; desenvolvimento de uma nova geração de tecnologias nucleares; e remodelação das centrais eléctricas a gás (APEC, 2006).

A visão do Presidente Putin é de que, embora o sector dos hidrocarbonetos deva estar aberto à iniciativa privada e ao investimento estrangeiro, compete ao Estado regular e controlar o sector (The Baker Institute Energy Forum, 2004). No final de Janeiro de 2006, a Duma aprovou uma nova Lei do Subsolo, onde se prevê que, com base em razões de

interesse para a segurança e defesa nacional, o governo poderá limitar a exploração a companhias de capital maioritariamente russo. O estatuto jurídico da exploração do subsolo passará de propriedade, para um mero contrato de concessão, embora com direitos juridicamente protegidos (Goudina, 2006). Esta política reforçará o poder do Estado, mas por outro lado, poderá dificultar a atracção de investimento directo estrangeiro num sector que, segundo a APERC, necessitará cerca de 700 a 923 milhares de milhões de dólares até 2030 (APERC, 2006).

A distribuição interna e a exportação de petróleo é feita por várias vias. A Rússia produz perto de 7 MB/d e a sua capacidade de transporte em *pipelines* está limitada a cerca de 4MB/d. O remanescente, bem como os produtos destilados, são transportados por caminho-de-ferro e por via fluvial. O principal *pipeline* de exportação é o Druzhba, com uma capacidade em 2005 de 1,4 MB/d, exportando para a Bielo-Rússia, Ucrânia, Alemanha, Polónia, Hungria, Eslováquia, República Checa e outros países da Europa Central e Oriental. Cerca de 5 MB/d são enviados para os portos do Mar Báltico e Mar Negro, para venda nos mercados mundiais, através do já referido Druzhba, do Baltic Pipeline System e do Caspian Pipeline Consortium. A Rússia tem ainda um conjunto de projectos para expandir e aumentar a capacidade da rede, nomeadamente, o Adria Reversal Project, o Kharyago-Indigo, o de Murmansk, e o *pipeline* do Pacífico, para unir a Sibéria Oriental a Taishet, Skorovodino e Baía de Perevoznaya (EIA, 2006 c)) (vidé apêndice 6).

A energia representa para a Rússia a principal dimensão da sua estratégia global, já que as exportações representavam, em 2004, 25% do PIB e 65% do valor exportado (APERC, 2006). A importância destas exportações constitui o seu principal elemento de protagonismo político à escala mundial, pois é um motor da economia, financia a defesa nacional, é um factor de integração dos estados vizinhos na CEI, dá-lhe um peso político acrescido nas questões do Médio Oriente e um incentivo a uma política de boas relações por parte dos EUA, EU, China, Japão e Índia (Tomé, 2004: 87-93).

O aumento do controlo estatal do sector energético reforça o poder russo a nível global e garante-lhe um estatuto de primeiro plano no mercado mundial de petróleo, nomeadamente, no âmbito dos preços.

(5) Brasil

É o maior país da América do Sul, com uma população de cerca de 186 milhões de habitantes e com um PIB de cerca de 800 mil milhões de dólares. Tem tido um crescimento económico assinalável, a taxas de 4,9% em 2004, 2,3% em 2005 e uma previsão de 3,5% em 2006 (EIA, 2006 d)). Vários estudos prevêem um crescimento médio

da economia brasileira de 3,7% ao ano, de que resultará um valor do PIB em 2030 de cerca de 2,189 biliões de USD (Wilson e Purushothaman, 2003).

A nível mundial, é a décima potência em termos de consumo de energia, estimado em 176 MTOE, em que o petróleo representa 83,6 MTON, para uma produção de 84,7 MTON. As reservas comprovadas são de 11,8 mil milhões de toneladas (BP, 2006), o que lhe confere a capacidade para se transformar numa potência exportadora. Contudo, encontra-se numa encruzilhada em termos de política energética: ou procede a uma completa privatização do sector, visando esse objectivo, ou opta por uma reforma lenta e gradual do sector, mantendo o estatuto e papel da Petrobras, ao mesmo tempo que garante resposta à crescente procura interna. No âmbito das reformas levadas a cabo pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi publicada a Lei Sobre Investimentos Petrolíferos, em 1997, que definiu uma nova política energética virada para um mercado aberto. Sob a presidência de Lula da Silva, a partir de 2002, a tendência de privatização sofreu uma desaceleração. A gigante Petrobras é um símbolo de prestígio e de orgulho nacional, constitui um motor da economia, e o seu estatuto permite o controlo dos preços pelo governo, bem como a utilização dos seus proventos em políticas económicas e sociais (The Baker Energy Forum, 2004 b)).

Segundo a EIA, nas sete rondas de licenciamento de exploração do offshore, desde 1997, apenas a Royal Dutch Shell, a Devon Energy e a Horsk Hydro conseguiram concessões. A Petrobras licitou e ganhou a maioria dos blocos mais promissores e as grandes companhias internacionais preferiram estabelecer parcerias nesses blocos, a concorrerem autonomamente (EIA, 2006 d)). A posição dominante da companhia estatal no sector poderá dissuadir a concorrência de empresas estrangeiras e criar dificuldades ao Brasil na captação de investimento directo estrangeiro. A Petrobras destaca-se também, a nível mundial, pelo seu avanço nas tecnologias de exploração do offshore profundo (National Energy Policy Development Group, 2001), detendo participações no estrangeiro, algumas das quais originadas por convites e oferta de parcerias pelas grandes companhias internacionais.

No domínio das energias alternativas, o Brasil implementou na década de 1970 o Plano Nacional de Álcool, na sequência dos choques petrolíferos. Em 1985, mais de 90% dos carros fabricados no Brasil eram movidos a etanol, obtido a partir da destilação do açúcar de cana e, embora tenha havido uma diminuição da procura, o Brasil continua a dominar esta tecnologia (EIA, 2006 d)).

Conclui-se assim que o Brasil tem um potencial petrolífero que lhe garante a auto-suficiência necessária ao seu desenvolvimento, podendo evoluir para uma grande potência exportadora, se as condições internas o propiciarem.

(6) Japão

É a segunda maior economia mundial. Em 2005, com uma população de cerca de 127 milhões de habitantes e um PIB de 4,6 biliões de dólares, teve um crescimento de 2,6% e uma taxa de inflação de -0,6%. As suas necessidades primárias de energia foram cerca de 524,6 MTOE, prevendo-se que em 2030 se situem em 585,8 MTOE. As importações de petróleo em 2005 foram de 244,2 Mton, cerca de 45% das necessidades globais de energia, prevendo-se para 2030 um valor de 585,8 Mton. Em 2005 foi o 3º maior consumidor e o 2º maior importador de petróleo, a nível mundial, tendo como principais fontes o Médio Oriente (82%,) e outros países da Ásia-Pacífico, nomeadamente a Indonésia e Malásia (10%), cujas produções estão em declínio (APEREC, 2006). O Japão não tem reservas de petróleo e gás significativas, excepção feita ao Mar da China, onde não são exploradas devido a um diferendo sobre delimitação da zona económica exclusiva.

Após os choques petrolíferos de 1973 e 1980, o Governo tomou medidas para reduzir a dependência do petróleo que, de 77% do total da procura primária de energia, passou a representar apenas 50% em 2002. A sua política energética está centrada em três grandes vertentes: 1) melhoria da segurança energética; 2) melhoria da eficiência económica na distribuição de energia; 3) protecção do ambiente. Tem também desenvolvido medidas para alterar o padrão de consumo energético na indústria, nos transportes e nos sectores residencial e comercial (ibidem).

Em Maio de 2006, o Governo estabeleceu como objectivo, que 40% das importações de petróleo em 2030 correspondessem a concessões japonesas no exterior, no que tem experimentado alguns reveses¹. Para atingir os objectivos do Protocolo de Kyoto e diminuir a dependência das importações, necessita investimentos no sector energético de cerca de 116,5-141,8 mil milhões de dólares, 92% dos quais para infra-estruturas de produção e transporte de electricidade (APEREC, 2006).

Conclui-se que apesar das políticas energéticas enunciadas e do esforço de investimento no sector petrolífero externo, é previsível que o Japão mantenha uma forte dependência do petróleo do Médio Oriente, vulnerabilidade agravada pelo aumento de

¹ É o caso da não renovação das licenças na zona neutra entre o Kuwait e a Arábia Saudita, a redução da participação da Inpex no campo de Azadegan no Irão, o não retorno em petróleo do investimento no projecto do pipeline Azeri-Chirag-Guneshi no Azerbaijão, e o atraso nos projectos Sakhalin I e II onde a Mitsui e a Mitsubishi detêm uma participação de 45% (EIA, 2006 f)).

tráfego nas passagens do Índico para o Pacífico, bem como pelas ameaças à circulação marítima.

(7) Índia

É o segundo país mais populoso do mundo, com 1100 milhões de habitantes, ocupando um território de cerca de um terço do dos EUA e com um PIB de cerca de 808 mil milhões de dólares (EIA, 2005 b)). É um país de assimetrias, que se debate com divisões étnicas, linguísticas e religiosas, com tensões com o Paquistão e Bangladesh, conflitos internos perto da guerra civil, como é o caso da rebelião Naxalite, problemas de poluição, desflorestação, erosão de solos e desigualdade na distribuição da riqueza. Se por um lado tem uma percentagem significativa de população que vive em ambiente rural, com baixo índice de desenvolvimento humano e dependente, em termos energéticos, do consumo de biomassa, por outro lado integra anualmente no mercado de trabalho, 525.000 engenheiros, 250.000 médicos, 1,7 milhões de diplomados em áreas científicas e 1,5 milhão de licenciados na área do comércio e gestão (Santos, 2006: 115-125), que constitui o capital humano para sectores industriais que domina, como sejam o químico, metalúrgico, maquinaria, material de transportes e novas tecnologias.

O seu consumo energético foi de mais de 387 MTOE, cotando-se como a sexta maior consumidora a nível mundial. A procura energética foi satisfeita maioritariamente à custa do carvão (212,9 MTOE) e do Petróleo (115,7 MTOE). Não existem dados exactos sobre a produção de energias renováveis, mas a IEA aponta para que a biomassa e resíduos representem cerca de 39% da procura primária de energia e 85% do consumo doméstico (IEA, 2004) e, de acordo com a American Wind Energy Association (IAGS, 2004)), a Índia é o 5º maior produtor mundial de energia eólica. É também o terceiro maior produtor mundial de carvão, que se caracteriza por baixo poder calorífico e bastantes impurezas, obrigando à importação de hulha e antracite para aplicações metalúrgicas. No domínio dos hidrocarbonetos, dispõe de recursos bastante limitados, tendo importado cerca de 68,7% das suas necessidades de petróleo, 92,9% das quais tiveram origem no Médio Oriente.

O Governo tem prosseguido uma política energética que visa: 1) A diversificação das fontes de importação de hidrocarbonetos; 2) Aumento da eficiência energética; 3) Aumento do consumo de gás natural e LNG; 4) Aumento da produção interna; 5) Desenvolvimento da *clean coal technology* ; 6) Intensificação da utilização de energias renováveis. No sentido de diminuir a dependência do Golfo Pérsico, adoptou uma política de investimentos no estrangeiro, nomeadamente no Sudão, na ordem dos 750 milhões de dólares, na Nigéria, onde conseguiu um contrato de fornecimento de longo prazo de 44

milhões de barris anuais e na Síria, onde constituiu uma parceria para exploração, desenvolvimento e produção. Tem também intensificado relações com a Rússia (projecto Sakhalin), Vietname, Myanmar, Tajiquistão, Kazakistão, Azerbeijão e Irão, com a finalidade de estabelecer contratos de importação (IAGS, 2004).

O aumento da produção interna está dependente da capacidade de captação de IDE, que anualmente se tem situado na ordem de 5 a 6 mil milhões de dólares, o que representa apenas um décimo do investido na China. Dadas as dificuldades, tem recorrido a instituições internacionais, nomeadamente ao Asian Development Bank. (EIA, 2005 b)).

As projecções da IEA (IEA, 2004) apontam para que a população atinja os 1400 mil milhões de habitantes em 2030 e que o PIB cresça a uma média de 4,7% ao ano, acompanhado dum crescimento da procura energética de cerca de 2,3%. O seu crescimento económico aponta para que constitua a terceira maior economia mundial em 2030, a seguir aos EUA e China. Prevê-se que a satisfação das necessidades energéticas seja feita essencialmente à custa do carvão e petróleo, com uma duplicação do consumo.

Assim, é de concluir que, apesar das políticas energéticas acima referenciadas, a Índia será um dos principais competidores por recursos energéticos, nomeadamente, petróleo. Se é certo que tem feito, à semelhança da China e do Japão, grandes investimentos externos, as suas limitações financeiras impedem-na de concretizar outros aspectos de cooperação externa, em apoio desses investimentos.

e. Síntese conclusiva

O desenvolvimento económico e a melhoria dos padrões de vida globais requerem um aumento significativo da procura energética que, no caso do petróleo, se estima que cresça de 77 mil Mb em 2002, para 121 mil Mb em 2030. A evolução das reservas comprovadas não acompanhará o crescimento da procura, o que determinará uma subida de preços.

A análise da situação das grandes potências económicas e emergentes, bem como das suas políticas energéticas, não permite concluir uma diminuição do consumo de petróleo. As políticas anunciadas apresentam traços comuns, no respeitante à modernização da conservação, na melhoria da eficiência energética, na protecção ambiental, na procura de novas energias renováveis e limpas e na segurança de abastecimento, mas globalmente, provocarão apenas uma desaceleração da taxa de crescimento da procura. Contudo, identificam-se algumas diferenças significativas quanto ao aprovisionamento, controlo e utilização dos recursos como factor de poder. Os EUA defendem a liberalização e transparência de mercados, enquanto os grandes países

produtores como a Rússia, os membros da OPEC, o México ou o Brasil defendem o controlo estatal sobre os recursos. A China tem prosseguido uma estratégia de implantação global, através de relações de cooperação em todos os domínios e utilizando os seus excedentes financeiros para penetrar nos mercados e para aprofundar relações políticas com os respectivos governos. A Índia e o Japão têm prosseguido políticas de investimentos no sector petrolífero, de volume significativo, mas sem a complementaridade de outros mecanismos de cooperação. A UE pretende diversificar o aprovisionamento, tem tomado medidas para a integração do mercado interno de energia e para a definição duma política energética comum, e através de diversos acordos e mecanismos de cooperação, tem procurado estabelecer parcerias com a Rússia, a Ásia Central, África e Médio Oriente. A Rússia tem utilizado os recursos petrolíferos duma forma coerciva, para recuperar o protagonismo no seu antigo espaço de influência. Os EUA procuram estabelecer relações de cooperação privilegiadas no seu hemisfério e com a Ásia Central e África, ao mesmo tempo que anunciam uma estratégia mais ou menos coerciva, relativamente aos países do “eixo do mal” e China.

Conclui-se que o petróleo continuará a ser um recurso estratégico, o que implicará a manutenção da importância das grandes regiões produtoras, bem como uma maior visibilidade e importância das regiões onde se efectuem novas descobertas. A competição pelos recursos permitiu identificar as áreas de interesse dos vários actores envolvidos e, eventualmente, potenciais regiões de competição e conflitualidade, como é o caso de África.

4. Importância dos recursos petrolíferos africanos

a. Indicadores globais

Não existe uma uniformidade no continente, pois os contextos políticos, económicos e sociais são diferenciados em cada região e variam de país para país. Mesmo assim, admitindo o erro resultante duma generalização, é de ter em conta alguns indicadores globais. A África tem uma superfície de 30 312 Km², cerca de 22,3% do total mundial e 888 milhões de habitantes (2004), o que corresponde a 13,9% da população mundial. Em termos económicos, o continente contribui apenas com 3,4% para a criação da riqueza mundial e, globalmente, apresenta uma dívida externa que corresponde a 26,2% do somatório dos PIB (FMI, 2006), indicadores que dão, por si só, uma ordem de grandeza do baixo grau de desenvolvimento económico e humano. Grande parte das economias africanas depende da exportação de uma ou duas matérias-primas, cujo valor tem vindo a decair em comparação com o dos produtos manufacturados ou serviços (Wisner, Toulmin

e Chitiga, 2005). Contudo, se tal é válido para a generalidade das matérias-primas, o petróleo é uma excepção, pois tem tido um aumento sustentado de preços desde 2003.

A importância dos recursos petrolíferos africanos pode ser perspectivada em duas ópticas distintas: como alavanca do desenvolvimento interno e como contributo para a satisfação das necessidades energéticas globais. De acordo com os dados estatísticos da EIA, a produção africana de petróleo cifrou-se em 9 955,8 Kb/d, ou seja, 12% do total mundial em 2005. Tanto quanto é conhecido actualmente, as grandes concentrações petrolíferas ocorrem nas faixas Norte e Ocidental do continente (Apêndice 8). Conforme referido anteriormente, prevê-se que as reservas comprovadas de África, em 2025, sejam o triplo do valor de 1995, o que permite antever um aumento da produção, bem como um aumento dos proventos desta indústria para os países produtores.

b. África do Norte

O conjunto dos países desta região tem reservas comprovadas de 54 459 MB, com uma produção de 4 476 Kb/d (vidé apêndice 8).

O Norte de África é uma região de grande influência europeia e a estrutura das exportações de petróleo em 2005 reflecte esse relacionamento, com 64% destinadas à Europa, 17,6% para os EUA e 5,5% para o Canadá (BP, 2006).

A nível regional existem iniciativas de integração, nomeadamente a nível político, a União do Magreb Árabe, a nível económico, o Acordo de Zona de Comércio Livre entre Egipto, Jordânia, Marrocos e Tunísia (Maio 2001), e projectos estruturantes como o Trans-Maghreb Electricity Integration ou os sistemas de *pipelines*.

(1) Líbia

No panorama do Norte de África destaca-se a Líbia, com as maiores reservas comprovadas do continente africano, cerca de 39 100 Mb. A sua produção tem vindo a aumentar desde 1999, após a decisão de extradição dos suspeitos do atentado ao voo da Panam 103 em 1988 e depois de ter renunciado ao seu programa de armas de destruição maciça. As sanções impostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelos EUA foram levantadas, o que permitiu dar um novo impulso à produção petrolífera, que em 2005 se cifrou em 1 633 Kb/d. A Europa tem sido o destino de 90% das exportações, nomeadamente, para a Itália, Alemanha, França, Espanha e Grécia (EIA, 2006 j)).

Apesar da moderação recente do Coronel Qadhafi e do seu objectivo de atingir, a curto prazo, uma produção de 2 milhões de barris por dia, a opinião pública interna é sensível à instabilidade no Médio Oriente e à polarização do confronto ocidente vs. mundo islâmico, o que introduz algum grau de risco nos investimentos. Contudo, a origem do

investimento externo tem-se vindo a diversificar, devido ao volume das reservas existentes e pela sua preservação, estando presentes 29 companhias petrolíferas de 21 países (vidé apêndice 9). Tal permite concluir que haverá no futuro uma maior diversificação das exportações.

(2) Argélia

A importância da Argélia, no contexto do Norte de África, advém da importância dos seus recursos em gás, cujos *pipelines* estruturam relações de interdependência com a Europa e Norte de África. Possui reservas de petróleo significativas, cerca de 11 350 Mb, exploradas intensivamente desde 1956, pelo que alguns campos já ultrapassaram o pico de produção. O sector sempre foi dominado pela empresa estatal Sonatrach que, até 2000, deteve a maioria da produção. A relativa estabilização política e a necessidade de introdução de capital e de técnicas avançadas de recuperação (Enhanced Oil Recovery – EOR) nos campos que já ultrapassaram o pico criaram condições para a liberalização do sector energético. Tem uma produção de 2 083 Kb/d, de que exporta cerca de 1 841 Kb/d, e cujo destino, à semelhança do gás, tem sido maioritariamente para a Europa Ocidental, nomeadamente, para a Itália, Alemanha e França. A necessidade de cativar IDE tem aberto o mercado a companhias chinesas, americanas, canadianas, árabes e australianas, entre outras (EIA, 2006 i)) (vidé apêndice 9).

Apesar da situação política interna ter vindo a melhorar desde os conflitos que ensanguentaram o país na década de 90, mantêm-se fortes potenciadores de instabilidade, nomeadamente, o desemprego, a falta de habitação, problemas de abastecimento de água e electricidade, a burocracia e corrupção e a actividade de extremistas, de natureza fundamentalista ou da minoria Berbere.

É de prever que a importância da produção petrolífera decaia gradualmente e que, face às origens do IDE, o destino das exportações se diversifique.

(3) Egipto

O Egipto tem um papel de relevo no âmbito dos hidrocarbonetos, pelas suas reservas de gás, pela produção significativa de petróleo, pela capacidade de refinação – a maior de África – e pelo valor estratégico de trânsito do Canal de Suez e do Sumed Pipeline, ligando o Golfo de Suez ao Mediterrâneo.

Tem reservas na ordem dos 3 700 MB, com uma produção de petróleo de cerca de 684 Kb/d, em declínio pelo ultrapassar do pico dos campos existentes (no Deserto Ocidental, Oriental e na Península do Sinai). O consumo interno tem aumentado, pelo que a exportação é de relevo limitado.

O Governo tem promovido a exploração no offshore, nomeadamente, no delta do Nilo. As maiores novas concessões têm sido atribuídas à Shell, BP, Total e ENI, investimento europeu numa área de que a Europa já é fortemente dependente e que não se mostra particularmente promissora (EIA, 2006 k)).

(4) Tunísia, Marrocos e Sahara Ocidental

A Tunísia e Marrocos têm produções de petróleo não significativas, cobrindo apenas parte do consumo interno. Os sucessos na exploração ocorridos no Sahara Ocidental têm motivado esperanças nos países vizinhos e o lançamento de sucessivas rondas de licenciamento (EIA, 2006 h)).

c. Faixa ocidental africana

A faixa ocidental africana reparte-se por contextos regionais diferenciados, de acordo com associações de natureza económica, política e linguística ou decorrente de projectos entre países. Constituem exemplos de organizações integradoras, a Economic Community of West African States (ECOWAS), a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), tendo como base o CFA Franco, a West African Monetary Zone (WAMZ), apoiada pelos EUA e, com menor relevância, a Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara (CEN-SAD), as Organizações de Desenvolvimento do Rio Gambia e do Rio Senegal, bem como a União do Rio Mano. Angola, a RDC e a Namíbia fazem parte da Southern African Development Community (SADC) (EIA, 2006 l).

O conjunto dos países desta faixa tem reservas comprovadas de mais de 51 000 MB, com uma produção de mais de 5 Mb/d (vidé apêndice 8). De acordo com a BP, das 217 MTON exportadas, 44,5% tiveram como destino os EUA, 16,2% a Europa e 13,2% a China (vidé apêndice 4).

(1) Nigéria

É o país mais populoso de África, com perto de 129 milhões de habitantes, e viveu períodos de instabilidade após a independência do Reino Unido, em 1960, tendo um governo eleito democraticamente e estável a partir de 1999. A economia do país é fortemente dependente do sector petrolífero, mas apesar da aparente riqueza, é um dos países mais pobres do mundo, com uma elevada dívida externa e uma grande percentagem da população a viver abaixo do limite da pobreza. Nos últimos anos tem-se assistido a vandalismos sobre os *pipelines*, com o intuito de roubo, e também a acções violentas, em especial, sobre as instalações e pessoal da Shell por parte dum grupo auto-denominado MEND – Movement for the Emancipation of the Niger Delta. (EIA, 2006 m))

Detém as reservas e produção de petróleo mais significativas da África Ocidental, respectivamente, 35 876 MB e 2 633 Kb/d. Segundo a EIA, a exploração do petróleo é feita através de parcerias entre a Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) e companhias internacionais, ou através de Production Sharing Contracts (PSC), aplicáveis aos programas de desenvolvimento do offshore. A parceria de maior expressão é a da NNPC com a Shell (Holanda), que produz 1,1 milhões de barris por dia, quase metade da produção, seguida das parcerias com a ExxonMobil, a Chevron e a ConocoPhillips (EUA), a Total (França) e a Agip (Itália) (ibidem).

É de salientar o esforço do Governo na adopção de medidas de transparência nas indústrias extractivas, bem como na promoção da criação de empresas privadas nigerianas, que possam progressivamente adquirir o *know-how* da indústria petrolífera.

A Nigéria é membro da OPEC e está interessada em desenvolver rapidamente as reservas comprovadas, a fim de aumentar as suas quotas de produção (EIA, 2006 m)). Após as últimas rondas de licenciamento para o offshore, e apesar do clima de instabilidade, conseguiu cativar o investimento de 17 companhias de 10 países (vide apêndice 9).

É assim previsível o aumento significativo da produção, com uma diversificação dos destinos da exportação.

(2) São Tomé e Príncipe

S. Tomé e Príncipe é um país pobre, com uma economia muito dependente da monocultura do cacau. A prospecção de petróleo teve início antes da independência e após um longo processo com sucessivos equívocos e litígios (Frynas, Wood, Oliveira, 2003), estabeleceu uma Joint Development Zone (JDZ) com a Nigéria, com uma divisão de proventos de 40% para 60%, a favor desta. A JDZ tem um potencial de reservas de 14 mil milhões de barris e está dividida em 23 blocos de exploração, com a presença de companhias dos EUA, Nigéria, China, Suíça, UK e Canadá (Gulf Oil and Gas, 2006).

A dimensão das reservas, embora ainda não comprovadas, permite antever uma fonte de receita significativa para o desenvolvimento do país. Contudo, esses proventos só estarão disponíveis no médio prazo, tornando difícil gerir politicamente as expectativas criadas.

(3) Angola

É o segundo maior produtor de petróleo da África Subsahariana. Com a morte de Jonas Savimbi em Fevereiro de 2002, o país pôs termo a 27 anos de guerra civil e iniciou um período de rápido crescimento. Tem uma população estimada em mais de 16 milhões

de habitantes, maioritariamente dependentes da agricultura e que vive abaixo do limite da pobreza. Cerca de 90% das receitas do governo angolano têm origem no petróleo e 7% nos diamantes.

As reservas comprovadas são de 5 412 Mb, com uma produção, em 2005, de cerca de 1 242 Kb/d (EIA, 2006 s)). Relativamente aos blocos em produção, a Chevron (EUA) é o maior produtor, com cerca de 600 kb/d, seguida da Total (França) com cerca de 160 kb/d (IEA, 2006). O investimento externo é das mais diversas origens, estando presentes 34 companhias petrolíferas de 16 países, entre as quais a Galp Energia (vidé apêndices 9 e 10).

O país oferece excelentes oportunidades de investimento, pelas suas condições geológicas naturais, de que resultam baixos custos operacionais, pela política fiscal e pela percentagem de partilha estabelecida nos PSA. Estas condições garantem lucros superiores a 15%, o que explica a previsão de investimentos estrangeiros na ordem dos 20 mil milhões de USD nos próximos anos e que a produção possa atingir os 2 Mb/d até 2008, quase o dobro da de 2005. Os principais destinos das exportações em 2004 foram a China e os EUA, cada um com cerca de 35% (EIA, 2006 s)).

Após o fim da guerra, o Governo procurou apoio do Banco Mundial e do FMI para a reconstrução do país. Nesse processo, o FMI estabeleceu recomendações no sentido da desvalorização da moeda e de contenção das despesas públicas. O Governo negociou com o Eximbank da China uma linha de crédito de dois mil milhões de USD, com taxas de juro de 1,5% ao longo de 17 anos e com período de carência de cinco, destinada a apoiar a reconstrução de infra-estruturas destruídas pela guerra. No âmbito destas negociações, o Governo Chinês garantiu a adjudicação de 70% das obras a empresas chinesas no sector dos transportes, saúde, educação e empreendimentos agrícolas, entre outros. Em Fevereiro de 2006, a Sonangol e a Sinopec estabeleceram uma parceria para a construção da refinaria do Lobito, num investimento de cerca de três mil milhões de USD (Pereira, 2006).

O crescente protagonismo chinês e o aumento das suas importações petrolíferas têm merecido críticas de vários sectores. Angola tornou-se membro da OPEC em 1 de Janeiro de 2007, opção a que não é estranha a pressão dos EUA e FMI após o incremento das suas relações com a China.

A diversidade do investimento externo permite concluir que as companhias petrolíferas americanas perderão o protagonismo que têm tido e haverá uma maior diversidade no destino das exportações. A penetração chinesa em Angola constitui o maior desafio, até hoje, aos interesses americanos, afectando também os demais países presentes.

(4) Outros países

O Gabão produz algum petróleo, em declínio desde 2005, sendo metade da produção exportada para os EUA e o remanescente para a Europa Ocidental e Ásia (EIA, 2005 c)). As maiores operadoras presentes são a Shell (Holanda) e a Total (França).

A Guiné Equatorial é o único país africano de língua oficial espanhola, independente desde 1968. A exploração petrolífera tem tido um peso significativo na economia do país desde 1995, mas apesar desses proventos, tem recorrido a empréstimos do FMI, bem como à ajuda da Espanha, França, China e Cuba. Para além da companhia estatal GEPetrol, estão presentes no sector 16 companhias dos EUA, Irlanda, China, Malásia, África do Sul, Suíça e Brasil (EIA, 2006 p)).

A República Democrática do Congo viveu 32 anos sob a ditadura de Mobutu Sese Seko, atravessou guerras civis derivadas da entrada maciça de refugiados do Rwanda, Burundi e Uganda, e esteve sob a ditadura de Laurent Kabila, até ao seu assassinio em 2001. Tem grande riqueza em minerais críticos, diamantes, madeiras e petróleo, que têm financiado os conflitos internos desde a independência. As suas reservas petrolíferas, em 2003, eram de cerca de 1 538 Mb, sendo a principal operadora a Perenco (UK), com uma produção de 22 Kb/d (EIA, 2006 q)).

A República do Congo tem vivido um clima de instabilidade política, desde a independência em 1960. Iniciou o desenvolvimento do sector petrolífero nos anos 80, cujos proventos representam 94% do total das suas exportações. A produção atingiu o pico em 2000, não tendo havido novos campos a entrarem em produção. Em 2005, tinha reservas de 1500 Mb e uma produção de 227 Kb/d. O principal operador é a Total (França) com 40% e a Agip (Itália) com cerca de 25% da produção dos campos *onshore*. Nos novos investimentos para exploração dos blocos *offshore*, estão presentes companhias dos EUA, França, Reino Unido e Canadá (EIA, 2006 r)).

O Chade tem reservas comprovadas de 900 Mb, cuja produção se iniciou recentemente e se cifrava, em 2005, em 250Kb/d. A exportação é feita através dum *pipeline* que liga o país aos Camarões, concluído em Julho de 2003, detido em partes iguais por companhias de ambos países. As principais companhias presentes no sector são a ExxonMobil (EUA) e a Energem Petroleum Corporation (Canadá) (EIA, 2006 o)).

Os Camarões, a Costa do Marfim, o Ghana e Mauritânia têm reservas e produção diminutas (EIA, 2006 h), l), n) e o)).

d. Faixa oriental e meridional africana

Existe uma intensa actividade de prospecção e exploração nesta faixa, mas não existem ainda descobertas de relevo. Apenas merecem menção, do ponto de vista petrolífero, o Sudão e a África do Sul (vidé apêndice 4).

(1) Sudão

O Sudão é o segundo país mais extenso de África, que se tornou independente do Reino Unido em 1956. Tem vivido permanentemente em conflitos internos, sob regimes militares favorecendo governos pró-islâmicos, religião dominante nos estados do Norte, a que se opõem os estados do Sul, predominantemente cristãos. A primeira guerra civil terminou em 1972, tendo recomeçado em 1983. O acordo de paz de 2005, em Naivasha, garantiu um período de autonomia de seis anos aos estados do Sul, com uma partilha de metade dos proventos do petróleo, a que se seguirá um referendo sobre uma possível secessão. Paralelamente, estalou um outro conflito no Darfur, de que já resultaram mais de 200 000 mortos e dois milhões de deslocados, o que somado a fluxos de refugiados da Etiópia e do Chade, tem repercussões na estabilidade interna e regional (CIA, 2006).

A empresa nacional, a Sudapet, tem capacidades técnicas e financeiras limitadas, tendo constituído o consórcio Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC), com as participações de 40% da CNPC (China), de 30% da Petronas (Malásia) e de 25% da ONGC (Índia). Também estão presentes no sector petrolífero, a Total (França), a Kufpec (Kuwait) e a Marathon (EUA) (US DOD, 2003).

A China tem feito avultados investimentos no Sudão, no âmbito da exploração e desenvolvimento, na construção de *pipelines* e duma refinaria, aproveitando a retirada das companhias ocidentais, nomeadamente, da Chevron (EUA). Tem sido o destino de cerca de 50% da produção do Sudão e tem tido um papel de relevo na neutralização de propostas de sanções contra o Sudão no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Pereira, 2006).

(2) África do Sul

A África do Sul tem apenas 15,7 Mb de reservas petrolíferas. Em 2005, produziu cerca de 34 KB/d de crude e 175 KB/d sintéticos, a partir do carvão, importando cerca de 50% das suas necessidades em petróleo da Arábia Saudita, Irão e Nigéria (EIA, 2006 t)).

e. Síntese conclusiva

Os recursos petrolíferos africanos têm um peso significativo, representando 12% da produção mundial, prevendo-se a triplicação das reservas comprovadas até 2025.

No Norte de África assumem relevância a Líbia e a Argélia, embora esta tenha passado o pico de produção. A região é de grande influência europeia, constatando-se que,

em 2005, 64% das exportações tiveram como destino a Europa, 17,6% os EUA e 5,5% o Canadá. A origem dos investimentos na Líbia permite antever uma diversificação dos destinos das exportações. Na faixa ocidental, existem diferentes contextos regionais, com regiões de influência europeia bem marcada, mas onde as grandes regiões petrolíferas tinham actores dominantes, até recentemente, como é o caso da Holanda, EUA, França e Itália na Nigéria, ou o caso dos EUA e França em Angola. Em 2005, os destinos das exportações eram repartidos em 44,5% para os EUA, 16,2% para a Europa e 13,2% para a China. A análise dos investimentos recentes, com origem em companhias de registo nos EUA, China, Índia, Austrália, Japão, Brasil, Malásia, Canadá e países europeus, entre muitos outros, permite antever um aumento da produção, e uma diversificação das exportações. Na faixa oriental, merece referência o Sudão e o seu relacionamento preferencial com a China, a Índia e a Malásia, aprofundado após a retirada das companhias americanas.

Apesar da produção petrolífera africana ser significativa no momento actual e, previsivelmente, no futuro, não constitui uma alternativa ao Médio Oriente, quer pelo seu valor, quer pela repartição por uma grande diversidade de investidores e actores estatais. Como instrumento de desenvolvimento interno, os dividendos do petróleo continuarão a ter um peso significativo nos PIB, exportações e orçamentos de estado dos principais países produtores, constituindo, sem dúvida, um possível motor para o seu desenvolvimento. Contudo, terão que ser adoptadas outras medidas, nomeadamente, boas práticas de governação, transparência nas indústrias extractivas, transferência de tecnologia para empresas nacionais e formação de uma base industrial interna.

5. As Estratégias dos grandes actores em África e impacto para Portugal

No parágrafo anterior, o interesse generalizado no sector petrolífero africano foi evidenciado pelo elevado número de companhias que estão a realizar investimentos, com os mais diversos países de origem. São conhecidas as áreas de influência tradicionais dos países europeus, como é o caso da França, Reino Unido, Portugal, Espanha e Itália. Julga-se assim relevante analisar as estratégias dos actores que poderão ter impacto no *status quo* e que, pelo seu peso e diversidade de instrumentos, estão a produzir alterações no quadro de relações, a nível bilateral, dos contextos regionais ou do continente africano como um todo. Neste sentido, merecem destaque a UE, os EUA e a China.

a. A Percepção generalizada sobre África e a acção da ONU

A percepção que é tida sobre África é a de um continente eternamente adiado.

Segundo Ben Wisner e Cammilla Toulmin, a África gerava, em 1970, 3,5% das exportações mundiais, em 1985 já só gerava 3% e em 1999 apenas 2%. Em 2003, 21 países eram dependentes da exportação de apenas uma determinada matéria-prima. Os 22 países mais pobres e 31 dos 44 países mais endividados eram africanos. Os regimes saídos da descolonização tiveram um forte pendor ditatorial e nepótico, grassando a corrupção e a má governação, o desrespeito pelos direitos humanos e o favorecimento de etnias ou grupos. A população cresceu de 221 milhões em 1950, para 785 milhões em 2000. Contudo, África continua a ter um baixo índice de habitantes por quilómetro quadrado, com elevada taxa de concentração nos grandes centros urbanos e sem que a isso corresponda um desenvolvimento dos sectores secundário e terciário. Os indicadores da UNECA de 2003 mostravam que 52% dos africanos viviam com menos de 1 USD por dia, com baixo nível sanitário, patente nas elevadas taxas de infecção por HIV, em epidemias como a malária, tuberculose, cólera ou o ébola. Apenas 51% das crianças frequentam o ensino primário. O seu alistamento forçado em forças ou bandos armados ou a venda como mão-de-obra escrava são fenómenos comuns. Problemas como disputas de terras, falta de acesso a água potável, desertificação e conflitos internos inter-étnicos, religiosos ou grupos de interesses, são também factores inibidores do desenvolvimento de África (Wisner, Toulmin e Chitiga, 2005).

Apesar do continente africano ser rico em recursos minerais, vegetais, piscícolas e outros, a percepção comum é de que esses mesmos recursos em vez de serem um factor de desenvolvimento, são raiz de cobiça, corrupção e conflitos. Os próprios dirigentes africanos têm consciência que, meio século após a descolonização, têm de assumir as suas responsabilidades pela situação actual de África (Ramos, 2006: 4-5). A evolução da OUA para a UA reflecte a passagem dum conceito de respeito absoluto pela soberania de cada estado, para uma preocupação comum sobre as questões de segurança, desenvolvimento sustentando, erradicação da pobreza, doenças e analfabetismo, integração regional e questões ambientais (African Union, 2000).

Durante a Cimeira Mundial das Nações Unidas, em Setembro de 2000, os 189 estados membros da organização ratificaram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, comprometendo-se, até 2015, a erradicar a pobreza extrema e a fome, alcançar o ensino primário universal, promover a igualdade de género e a autonomização da mulher, reduzir a mortalidade de crianças, melhorar a saúde materna, combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e criar uma parceria global para o desenvolvimento (UN, 2005). Os subsequentes relatórios da UA demonstram o seu

empenho para a consecução destes objectivos, mas também uma grande dificuldade em intervir nos aspectos estruturais (African Union, 2006).

b. Estratégia da União Europeia

A Europa e a África estão ligadas pela história, geografia, influência cultural, económica e política, com uma raiz mais remota e profunda na bacia do Mediterrâneo e ligações derivadas da colonização na África Subsahariana. Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Itália mantêm espaços de influência nos antigos territórios ultramarinos através de relações de natureza política, económica, cultural, técnica e militar, de natureza bilateral ou multilateral, como a UEMOA, a Commonwealth ou a CPLP. Existem comunidades africanas significativas na Europa, constituindo um desafio a crescente tendência de imigração ilegal. A opinião pública dos países islâmicos, bem como as suas comunidades imigrantes na Europa, têm tendência a um alinhamento anti-Occidente e anti-Israel nos conflitos do Médio Oriente, constituindo terreno propício ao apoio e desenvolvimento de actividades fundamentalistas e terroristas.

Na sequência do Processo de Barcelona e consciente da situação global do continente africano, a UE desenvolveu uma estratégia –*The EU and Africa: Towards a Strategic Partnership* – com base nas decisões da Cimeira UE-UA do Cairo, tendo como objectivo a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas e a promoção do desenvolvimento sustentado, segurança e boa governação em África. A estratégia baseia-se na filosofia de “*African Ownership and Responsibility*” e no estabelecimento duma parceria baseada no direito internacional, direitos humanos, igualdade e responsabilização mútua. A UE prevê uma cooperação com a UA, organizações sub-regionais e estados africanos para previsão, prevenção e mediação de conflitos, apoio ao desenvolvimento e treino da *African Standby Force*, apoio com meios disponíveis no âmbito da CFSP e ESDP, participação em actividades de reconstrução post-conflito, desarmamento, desmobilização e reintegração e intervenção em situações humanitárias ou de calamidade, apoiando-se, em larga medida, nos projectos de cooperação bilateral dos países europeus. Dispõe-se a aumentar a ajuda ao desenvolvimento acelerado e sustentado, em especial aos estados frágeis, através de apoios financeiros, perdão de dívidas, promoção de medidas de integração e cooperação regional, redução de barreiras alfandegárias, apoio a projectos transnacionais, a projectos de protecção ambiental e de preservação de recursos. A UE pretende a instituição de estados de direito, apoiando processos eleitorais, a aplicação dos direitos humanos, iniciativas de boa governação, como a African Peer Review Mechanism, o combate ao crime organizado,

corrupção, tráfico de armamento e actividades terroristas. O desenvolvimento humano é outro objectivo essencial, materializado no aumento da escolarização, dos índices higieno-sanitários, bem como a elevação e equalização do papel da mulher nas sociedades africanas (Council of the European Union, 2005). Para além destes mecanismos, a UE assinou o Acordo de Cotonou, que sucedeu à Convenção de Lomé e regulamenta as relações comerciais da UE com os países ACP, até 2020.

c. Estratégia dos EUA

Conforme já referido anteriormente, face à instabilidade no Médio Oriente e no mundo islâmico, os EUA pretendem diversificar as fontes de abastecimento energético, tendo definido explicitamente na Política Energética Nacional e na NSS, uma prioridade de relacionamento com várias regiões, nomeadamente, com o continente africano.

Na realidade, África nunca constituiu uma área de interesse vital, pelo que nunca tiveram uma presença militar continuada no continente (Kissinger, 2002: 187-196). Pelo contrário, sempre evitaram um envolvimento directo em operações militares no continente e, quando o fizeram na Somália, os resultados não foram os melhores. Prestaram apoio a movimentos de libertação durante o período da Guerra Fria e, mais recentemente, contribuíram financeiramente e com apoios de transporte para operações de paz da ONU, impulsionaram a criação da African Crisis Response Force em 1996, deram treino aos países participantes e conduziram exercícios bilaterais (Berman e Sams, 2000: 267-290). Posteriormente, lançaram o programa African Contingency Operations Training Assistance em 2002, a Pan-Sahel Initiative em 2003 e o programa African Regional Peacekeeping, entre outros (Pinheiro, 2006). Em 7 de Fevereiro 2007, o Presidente Bush deu orientações para a criação dum Comando Regional, tendo afirmado *“The Africa Command will enhance our efforts to help bring peace and security to the people of Africa and promote our common goals of development, health, education, democracy, and economic growth in Africa”*. (US DOD, 2007).

No âmbito económico, os EUA têm-se vindo a impor na África Ocidental, competindo com a influência francesa na região. Através da USAID-WARP (West Africa Regional Program) apoiaram, em 2000, a criação da West African Monetary Zone (WAMZ) em Accra, composta pela Gâmbia, Ghana, Guiné, Nigéria e Serra Leoa, à qual a Libéria e Cabo Verde terão intenção de aderir. No âmbito da WAMZ, a USAID apoia numerosos projectos de integração regional, de âmbito monetário e bancário, de

informação comercial, de estruturas energéticas, de desenvolvimento de empresas, entre outros²(USAID, 2006 a)).

O fórum African Growth and Opportunity Act aplica-se a todos os países subsaarianos, excepto Costa do Marfim, Libéria e Togo, e, teoricamente, destinar-se-ia a promover o comércio com os EUA, através de isenções e contrapartidas. Na prática, é um instrumento incipiente que pouco mais reflecte do que as importações de petróleo e minerais críticos (AGOA, 2000).

Em 2006, a USAID promulgou a nova *Strategic Framework for Africa*, derivada dos objectivos definidos na NSS, com programas detalhados e diferenciados, consoante os países estarem na categoria de *transformational development* ou *fragile states*, e de acordo com a respectiva importância estratégica para os EUA (USAID, 2006 b)). Trata-se, sem dúvida, duma redefinição das prioridades relativamente a África, bem como a implementação duma nova estratégia, com optimização dos meios e recursos a empenhar.

d. Estratégia da China

Em Janeiro de 2006, o Governo difundiu a sua *China's African Policy* em que foram definidos os princípios das relações sino-africanas: sinceridade, igualdade, benefício mútuo, solidariedade e desenvolvimento comum, tendo como pressuposto que os países africanos aceitam uma China única e não têm relações ou contactos com Taiwan. Estas relações incluem cooperação na área política, na área económica, na educação, na área científica, da saúde e aspectos sociais, no âmbito da paz e segurança e em aspectos securitários não tradicionais. É prevista a agilização do Fórum de Cooperação China-África e a intensificação de relações com a UA (Governo Chinês, 2006).

A penetração chinesa no continente africano tem sido bastante agressiva, com base na articulação de empresários, sectores governamentais e linhas de financiamento e de crédito dos bancos chineses. Os sectores de implantação incluem a exploração de hidrocarbonetos, construção civil, maquinaria, telecomunicações, sector mineiro, confecção, comércio de retalho, pescas, transportes e saúde, entre outros. A cooperação é acompanhada de introdução de mão-de-obra chinesa, que muitos autores consideram ter efeitos de degradação do tecido empresarial autóctone.

Para satisfazer as suas crescentes necessidades de petróleo, tem conduzido uma política de investimentos no sector, nomeadamente na Líbia, Argélia, Marrocos, Mauritânia, Nigéria, JDZ de S. Tomé e Príncipe, Costa do Marfim, Níger, Guiné

² É o caso dos programas WAMI, WAGP, WAPP, WAIBL, WATH, ECOTRADE, ECOGEE e MISTOWA.

Equatorial, Congo, Angola, Madagáscar, Somália e Sudão, ao mesmo tempo que consegue firmar contratos de importação com os governos (EIA, 2006 b)).

Conclui-se que a China, tem prosseguido uma política de cooperação multifacetada, apoiada nos seus excedentes financeiros, com sucesso na cativação de relevantes importações petrolíferas, correspondentes à parte disponível dos governos, ao mesmo tempo que se implanta na economia, substituindo-se progressivamente aos agentes económicos externos e internos presentes.

e. Estratégia de Portugal

Os interesses de Portugal em África e, em especial nos PALOP, são diversificados, nomeadamente, de natureza securitária, política e económica. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional integra a África no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural, enquanto espaço de lusofonia, de presença de comunidades de emigrantes portugueses e países/regiões de presença histórica e cultural portuguesa (CEDN 03, 2003). O Programa do Governo enquadra as relações económicas com África numa dupla perspectiva – como uma vertente da internacionalização da economia portuguesa e como instrumento de cooperação visando apoiar regiões com menor índice de desenvolvimento (Programa do XVII Governo Constitucional, 2005).

(1) Interesses securitários

Em termos de segurança, o continente africano representa para o país as mesmas ameaças e desafios que para a Europa ou para a comunidade internacional, em geral. Portugal assume a sua responsabilidade numa agenda global para o desenvolvimento sustentado, manutenção da paz e de segurança, com uma orientação semelhante à definida nos Objectivos do Milénio, através do empenhamento multilateral no âmbito da ONU, NATO, EU e CPLP, complementado com relações bilaterais (ibidem). Os instrumentos utilizados vão desde relações a nível político, à cooperação, coordenada pelo IPAD, de natureza económica, técnica, científica, cultural e financeira (IPAD, 2006) e Cooperação Técnico-Militar, de que se destaca o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA) (Pinheiro, 2006).

As Comunidades Portuguesas em África são significativas, num valor estimado entre 500.000 a 1.000.000 de nacionais e luso-descendentes, que estão integrados em todos os sectores económicos dos países de acolhimento e que poderão constituir uma rede de relacionamento privilegiado com Portugal. A sua segurança representa uma vertente específica da Defesa Nacional, enquadrada no desenvolvimento de capacidades e planos

operacionais autónomos, bem como nos contributos para os sistemas de forças da UE e NATO.

(2) Interesses políticos

A África Lusófona reveste-se de interesse prioritário, enquanto espaço de afirmação da língua e cultura portuguesas e como parceria, baseada nestes laços, que faculta a concertação da acção política, diplomática, militar e económica para a defesa de interesses comuns e complementares nos *fora* internacionais. A CPLP constitui o principal instrumento desta parceria, no seio do qual são também desenvolvidas acções de cooperação multilateral, de que se obtêm sinergias em proveito dos seus membros. Para Portugal, existe um acréscimo do seu poder funcional, como intermediário no relacionamento dos PALOP com as organizações de que é parte, nomeadamente, a UE e NATO, bem como com outros estados.

(3) Interesses económicos

Os interesses económicos em África são diversificados e com importâncias distintas. Uma análise de indicadores macroeconómicos permite constatar que os fluxos comerciais e o investimento directo nos PALOP têm actualmente um baixo peso na economia portuguesa, embora sejam relevantes para aqueles países.

A Balança Comercial Portuguesa registou, em 2005, cerca de 30,7 mil milhões de euros (M€) nas exportações e cerca de 49,1 M€ nas importações. O conjunto dos PALOP foi o destino de 3,6% das nossas exportações e origem de 0,2% das nossas importações, muito concentradas em Angola (ICEP, 2006 e)) (vidé apêndice 10).

O Investimento Directo Português no estrangeiro, no mesmo ano, foi de cerca de 5 214 M€ e como termo de comparação, é de notar que os destinos mais significativos foram os Países Baixos com 1 636 M€, a Espanha com 1 356 M€ e a Grécia com 361 M€. No conjunto dos PALOP foram investidos 85,5 M€, o que representa apenas 1,6% do global. O volume de investimentos em Angola foi de 64,6 M€, 13,4 M€ em Moçambique, 6,2 M€ em Cabo Verde, 1,1 M€ em S. Tomé e Príncipe e 0,15 M€ na Guiné-Bissau. (ICEP, 2006 a))

África tem uma importância relevante como potencial origem de recursos energéticos, face à instabilidade noutras regiões. Após os choques petrolíferos de 1973 e 1979, Portugal conduziu uma política de diversificação das importações, que no início do período referido, provinham maioritariamente do Médio Oriente (Mascarenhas, David). Em 2005, 23% das importações tiveram origem na Argélia, 15% na Nigéria, 10% na Arábia Saudita, 7% no Iraque e 3% no Irão. Curiosamente, em todos estes países existem

focos de instabilidade (Esteves, 2006). A Estratégia Nacional Para a Energia tem como um dos principais objectivos garantir a segurança do aprovisionamento. Contudo, é omissa relativamente à problemática da diversificação dos abastecimentos de petróleo, à prioridade de investimento no sector, ou relativamente ao desenvolvimento de relações com países produtores, nomeadamente, com África (Resolução do Conselho de Ministros N° 169/2005).

A GALP Energia é uma das companhias presentes no sector petrolífero angolano. Detém 10% no Bloco 1, que não teve produção em 2004, e 9% no Bloco 14, que produziu 61 Kb/d em 2004, tendo adquirido participações em blocos ainda em fase de exploração, nomeadamente, 5% nos Blocos 32 e 33.

Em 2003 e 2004, não houve exportações de crude angolano para Portugal (vidé apêndice 11). Dado que as novas concessões foram feitas no modelo de PSA, a GALP terá apenas direito a uma percentagem garantida inferior a 50% das suas quotas nos blocos. Do exposto se deduz que o investimento da GALP Energia em Angola é significativo, mas que dum ponto de vista de segurança energética é diminuto, se comparado com as necessidades globais do país, na ordem dos 310 Kb/d em 2005.

Conclui-se assim que os interesses económicos portugueses em África, em especial nos PALOP, são de importância relativa, a que não será estranho o factor de risco associado ao investimento.

f. Cenários de evolução

Os possíveis cenários de evolução, relativos a África, podem ser levantados tendo em conta uma miríade de variáveis, desde a evolução da ordem mundial, às soluções políticas para as zonas de conflito e instabilidade, ao avanço tecnológico, às questões ambientais, ao desenvolvimento de energias alternativas e de tecnologias limpas, ao desenvolvimento económico, social e humano, entre muitos outros.

Numa tentativa de delimitar as variáveis e reduzir o grau de incerteza relativa a qualquer cenário, é de estabelecer alguns pressupostos e hipóteses. Do exposto anteriormente, é de admitir que, com uma maior ou menor taxa de crescimento, haverá sempre uma maior procura de petróleo nas próximas décadas. A maioria das reservas mundiais está a ultrapassar o pico, o que confere uma importância acrescida aos recursos africanos, pelo seu volume, pela não depleção das reservas e pela localização afastada dos grandes congestionamentos de tráfego marítimo. Por outro lado, é de admitir o empenhamento da maior parte da comunidade internacional e das elites africanas na promoção de políticas e medidas que permitam ultrapassar o estado de precariedade

económica, social e humana que o continente atravessa. A manutenção das relações com as antigas potências colonizadoras e o surgimento de novos actores de todos os quadrantes do mundo, são factores que, globalmente, poderão contribuir para contrariar possíveis tentativas de hegemonia sobre o continente, por actores externos. Assim, a questão determinante para o levantamento de cenários será o confronto das estratégias dos actores mais significativos, em África.

O cenário de evolução mais desejável é o de uma tendência de acomodação de todos os interesses presentes, com eventuais tensões delimitadas no espaço e no tempo, que propicie o incremento do investimento e produção de petróleo, satisfazendo a procura e, por outro lado, gerando recursos para o desenvolvimento dos países produtores. Tal cenário criará condições para parcerias de cooperação com a UA, organizações sub-regionais e estados africanos, tendentes a promover o desenvolvimento acelerado e sustentado e a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Um outro cenário a considerar é o do incremento da conflitualidade, resultante primordialmente, do choque das estratégias dos EUA e da China, colocando também em causa os interesses de outras potências presentes. Poderá ser concretizado na desestabilização política, económica e social dos estados e na promoção de conflitos internos e externos. Tal situação poderá comprometer o desenvolvimento global de África, a eficácia da acção da UA e das organizações regionais, bem como provocar um realinhamento dos estados. Neste contexto, é previsível a perda de protagonismo das antigas potências colonizadoras e a provável adesão de alguns países produtores à OPEC, numa estratégia defensiva.

A intensificação da acção política e estratégica de novos actores, empregando recursos significativos, afecta, em qualquer dos cenários, o protagonismo de Portugal no espaço da CPLP e coloca desafios aos seus interesses em África, nomeadamente, no domínio do aprovisionamento de petróleo. A situação será substancialmente mais grave num cenário de conflitualidade, de mudanças de governos e de redefinição de relações preferenciais.

g. Síntese conclusiva

A conflitualidade e a instabilidade em algumas regiões do globo, a crescente procura de recursos petrolíferos e o potencial das reservas africanas tem determinado investimentos no sector, com as mais diferentes origens, estando presentes todas as grandes potências económicas actuais e emergentes, bem como companhias estatais e privadas de todos os cantos do mundo. São conhecidas as áreas de influência tradicionais dos países

europeus, que mantêm relações de cooperação em vários domínios. Consideram-se relevantes as novas estratégias da UE, dos EUA e da China, com recursos significativos e com cooperação no domínio político, diplomático, económico, técnico-científico e militar, porque poderão alterar profundamente o quadro de relacionamento actual.

A nova *Strategic Framework for Africa* dos EUA, os programas de cooperação militar e a criação do USAFRICOM não deixam margem de dúvidas quanto ao protagonismo que os EUA pretendem ter nos destinos de África e quanto à sua intenção de, se necessário, utilizar a coacção.

A estratégia de penetração chinesa em África tem sido gradual e consistente. Utilizando os seus excedentes financeiros, tem apoiado governos, independentemente da natureza do regime, tem feito aquisições de licenças de exploração e produção, estabelecido contratos de importação de hidrocarbonetos, conseguindo simultaneamente estabelecer relações de cooperação em todos os domínios e implantar-se em diversos sectores económicos.

A estratégia *The EU and Africa: Towards a Strategic Partnership* tem uma fundamentação e objectivos distintos da dos EUA e da China. Por um lado, estabelece uma parceria de cooperação com a UA, organizações regionais e estados africanos, visando auxiliá-los na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, na promoção do desenvolvimento sustentado, segurança e boa governação em África. Por outro lado, a promoção do estado de direito, da filosofia de *African Ownership and Responsibility* e do princípio da mútua responsabilização enquadrarão a protecção dos interesses dos estados europeus e delimitarão os riscos à segurança europeia derivados da instabilidade do continente africano. Constitui uma estratégia de *softpower*, visando o longo prazo, que dá enquadramento e se apoia nas relações de cooperação dos estados-membros.

Os interesses portugueses actuais em África são eminentemente políticos, na potenciação do valor funcional da CPLP, e de natureza securitária, relativamente às comunidades emigrantes portuguesas. Os interesses económicos têm uma relevância relativa para Portugal, em termos de trocas comerciais e investimento directo nos PALOP. A produção petrolífera da GALP Energia em Angola é também de importância relativa, no contexto global das importações petrolíferas portuguesas.

Os cenários de evolução que se podem perspectivar, decorrentes das estratégias em confronto em África, são basicamente dois: um de acomodação progressiva de todos os interesses presentes e um outro de incremento da conflitualidade, resultante primordialmente, do choque das estratégias dos EUA e da China. Face à diversificação dos

actores presentes em África e os recursos utilizados nas suas estratégias, o protagonismo de Portugal neste espaço será sempre afectado e serão colocados desafios aos seus interesses. Sem dúvida que o segundo cenário será mais gravoso.

6. Conclusões

O desenvolvimento económico e o aumento do nível de vida têm determinado uma crescente procura de recursos energéticos. A sensibilização para os problemas ambientais, a consciência sobre a depleção das reservas e a conflitualidade nas grandes zonas de produção petrolífera levou a que a maioria dos países desenvolvidos tenha vindo a adoptar novas políticas energéticas, visando, entre outros objectivos, a diminuição da dependência do petróleo e a diversificação do aprovisionamento. Contudo, apesar das poupanças sectoriais conseguidas com essas políticas, as previsões da IEA apontam para que haja um aumento de 57% na procura do petróleo, entre 2002 e 2030, não acompanhado pelo crescimento das reservas comprovadas. A dependência externa dos EUA, UE (com excepção do Reino Unido), Japão, China e Índia de recursos petrolíferos constitui uma grande vulnerabilidade para estes actores. A necessidade de acesso e controlo destas matérias-primas é a principal causa de competição e conflitualidade em algumas regiões do globo, bem como do estabelecimento ou aprofundamento de relações de cooperação com países de reservas promissoras.

Os recursos petrolíferos africanos têm um peso de 12% na produção mundial, prevendo-se a triplicação das reservas comprovadas até 2025, a grande razão do crescente interesse por África. Por outro lado, os proventos desta indústria representam o principal instrumento dos países produtores para a promoção do seu desenvolvimento. Os investimentos no sector petrolífero africano têm as mais diversas origens do globo, o que vem colocar desafios aos interesses instalados, nomeadamente, dos países europeus com áreas de tradicional influência. Nesta nova tendência, é de destacar as estratégias da UE, dos EUA e da China, com cooperação no domínio político, diplomático, económico, técnico-científico social e militar, e com disponibilidade de elevados recursos.

Os interesses portugueses actuais em África são eminentemente políticos, através do incremento do valor funcional da CPLP, e de natureza securitária, relativamente às comunidades emigrantes portuguesas. O Governo pretende aprofundar as relações económicas numa dupla perspectiva – como uma vertente da internacionalização da economia portuguesa e como instrumento de cooperação para apoio de regiões com menor índice de desenvolvimento.

Podem-se perspectivar dois cenários de evolução, decorrentes das estratégias em confronto em África: um de acomodação progressiva de todos os interesses presentes e um outro de incremento da conflitualidade, resultante primordialmente, do choque das estratégias dos EUA e da China. A diversidade da origem dos investimentos em África é, por si só, um potencial factor de perda de protagonismo de Portugal, que poderá ser agravado por um cenário de conflitualidade. A estratégia da UE, orientada para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para a promoção do desenvolvimento sustentado, segurança e boa governação em África propicia um cenário de acomodação de interesses, que é o mais favorável para a estratégia portuguesa.

A atribuição ao IPAD da responsabilidade de coordenação dos recursos disponibilizados para a cooperação, representa a tomada de consciência sobre a necessidade de rentabilizar e maximizar o esforço português nesta área. Concorrentemente, o lançamento do PAMPA, concentrando recursos em projectos multilaterais de desenvolvimento de capacidades para missões de paz, veio dar uma nova importância, eficácia e visibilidade à Cooperação Técnico-Militar Portuguesa.

O papel da sociedade civil no aprofundamento das relações económicas com os PALOP não tem, infelizmente, acompanhado a acção política do Estado, devido aos factores de risco associados ao investimento. A prossecução da estratégia da UE, o reforço da cooperação institucional portuguesa, a adopção de medidas políticas de sensibilização, de incentivo e de protecção poderão constituir outros elementos dinamizadores da cooperação económica.

O novo interesse por África e os recursos aplicados nas estratégias das grandes potências colocam desafios aos interesses portugueses. Contudo, o poder relativo de Portugal, a ligação histórica e cultural e a não agressividade das suas estratégias serão factores que possibilitarão o reforço das relações, em especial com os PALOP.

Bibliografia

- AFRICAN UNION (2000). *The Constitutive Act* [em linha]. [Lomé]. [referência de 15 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.africa-union.org/root/au/AboutAu/Constitutive_Act_en.htm>.
- AFRICAN UNION (2006). *African Common Position on The Review of the Millennium Declaration and The Millennium Development Goals* [em linha]. [Addis Ababa]. [referência de 15 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.africa-union.org/root/au/Conferences/Past/2006/December/MDG/AU%20Report_no_hypen1.pdf>.
- AGOA (2000). *African Growth and Opportunity Act* [Washington] [referência de 23 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.agoa.gov/agoa_legislation/agoa_legislation.html>.
- ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de (1994). *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: ISCSP e IICT.
- APEREC (2006) - *APEC Energy Demand and Supply Outlook 2006* [em linha]. [Tóquio]. [referência de 26 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.ieej.or.jp/aperc/outlook2006.html>>.
- BERMAN, Eric G. e SAMS, Katie E. (2000). *Peacekeeping in Africa: Capabilities and Culpabilities*. Geneva: UNIDIR.
- BONIFACE, Pascal (2002). *Guerras do Amanhã*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- BP (2006). *BP Statistical Review of World Energy: June 2006* [em linha]. [referência de 19 de Setembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.bp.com/statisticalreview>>.
- BRAILLARD, Philippe (1977). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BRZEZINSKI, Zbigniew K. (1997). *The Grand Chessboard*. Nova Iorque: Harper Collins Publishers.
- BUSTELO, Pablo (2005). *China y la Geopolítica del Petróleo en Asia-Pacífico : DT N° 38/2005 – Documentos* [em linha]. [Madrid]. [referência de 14 de Setembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.realinstitutoelcano.org/documentos/213.asp>>.
- CEDN 03 (2003). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Resolução de Conselho de Ministros n.º 6/2003, publicada no DR n.º 16-I Série B de 20 Janeiro de 2003.
- CHAIGNEAU, Pascal (2004). *Pétrole et Géopolitique. Défense Nationale*, Avril 2004, p. 143-155.
- CIA (2006). *World Fact Book*. [em linha]. [referência de 28 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>>.
- CLARK William (2005). *Petrodollar Warfare: Dollars, Euros and the Upcoming Iranian Oil Bourse* [em linha]. [referência de 23 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.energybulletin.net/7707.html>>.

- COHEN, Saul Bernard (1980). *Geografia y Política en un Mundo Dividido*, 2ª Ed. Madrid: Trad e Ed Ejército.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. 2006. *Livro Verde: Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura*. Bruxelas: CCE.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2006). *Conselho Europeu de Bruxelas 23/24 de Março de 2006 : Conclusões da Presidência* [em linha]. [Bruxelas] [referência de 1 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/en/ec/89013.pdf>.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION (1995). *Barcelona Declaration Adopted at the Euro-Mediterranean Conference - 27-28/11/95*. [em linha]. [Bruxelas] [referência de 22 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://ec.europa.eu/comm/external_relations/euromed/bd.htm>.
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION (2005). *The EU and Africa: Towards a Strategic Partnership*. Bruxelas: EU Press Office.
- COUTO, Abel Cabral (1988) - *Elementos de Estratégia: Aparentamentos para um Curso*. Lisboa: IAEM.
- CRIST, Philippe (2003). *Security in Maritime Transport: Risk Factors and Economic Impact*. Paris: OCDE - Directorate for Science, Technology and Industry.
- DEVELOPMENT RESEARCH CENTER, THE STATE COUNCIL (2003). *China's National Energy Strategy and Policy 2000-2020* [em linha]. [referência de 26 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.efchina.org/>>.
- DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF Jr, Robert L. (2001). *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2003 a)). *EIA Country Analysis Brief. Horn of Africa*. Last Updated: August 2003 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2003 b)). *EIA Country Analysis Brief. Sudan*. Last Updated: August 2003 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2004). *EIA Country Analysis Brief. Great Lakes Region: Burundi, Kenya, Rwanda, Tanzânia, and Uganda*. Last Updated: February 2004 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2005 a)). *EIA Country Analysis Brief. Indonesia*. Last Updated: October 2005 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2005 b)). *EIA Country Analysis Brief. India*. Last Updated: December 2005 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.

- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2005 c)). *EIA Country Analysis Brief. Gabon*. Last Updated: November 2005 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2005 d)). *EIA Country Analysis Brief. Caspian Sea*. Last Updated: September 2005 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2005 e)). *EIA Country Analysis Brief. Saudi Arabia*. Last Updated: September 2005 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 a)). *International Energy Outlook 2006* [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.eia.doe.gov/ieo/index.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 b)). *EIA Country Analysis Brief. China*. Last Updated: August 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 c)). *EIA Country Analysis Brief. Russia*. Last Updated: January 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 d)). *EIA Country Analysis Brief. Brazil*. Last Updated: August 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 e)). *EIA Country Analysis Brief. European Union*. Last Updated: January 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 f)). *EIA Country Analysis Brief. Japan*. Last Updated: December 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 g)). *EIA Country Analysis Brief. Iberian Peninsula*. Last Updated: June 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 h)). *EIA Country Analysis Brief. Arab Maghreb Union*. Last Updated: April 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.

- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 i)). *EIA Country Analysis Brief. Algeria*. Last Updated: February 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 j)). *EIA Country Analysis Brief. Libya*. Last Updated: March 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 k)). *EIA Country Analysis Brief. Egypt*. Last Updated: August 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 l)). *EIA Country Analysis Brief. West Africa (ECOWAS)*. Last Updated: June 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 m)). *EIA Country Analysis Brief. Nigeria*. Last Updated: March 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 n)). *EIA Country Analysis Brief. Côte d'Ivoire*. Last Updated: May 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 o)). *EIA Country Analysis Brief. Chad and Cameroon*. Last Updated: December 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 p)). *EIA Country Analysis Brief. Equatorial Guinea*. Last Updated: May 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 q)). *EIA Country Analysis Brief. Southern Africa (SADC)*. Last Updated: June 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 r)). *EIA Country Analysis Brief. Congo-Brazzaville*. Last Updated: May 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 s)). *EIA Country Analysis Brief. Angola*. Last Updated: January 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.

- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 t)). *EIA Country Analysis Brief. South Africa*. Last Updated: February 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 2 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 u)). *EIA Country Analysis Brief. Iran*. Last Updated: August 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 v)). *EIA Country Analysis Brief. Iraq*. Last Updated: June 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 w)). *EIA Country Analysis Brief. Kuwait*. Last Updated: November 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 x)). *EIA Country Analysis Brief. United Arab Emirates*. Last Updated: June 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 y)). *EIA Country Analysis Brief. Qatar*. Last Updated: March 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- EIA - ENERGY INFORMATION AGENCY (2006 z)). *EIA Country Analysis Brief. Venezuela*. Last Updated: September 2006 [em linha]. [Washington]. [referência de 18 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/contents.html>>.
- ESTEVES, Pedro Ferreira (2006). *Nigéria Representa 15% do Petróleo de Portugal*. Diário de Notícias, ECONOMIA, 27 de Abril de 2006.
- FLAVIN, Christopher, GARDNER, Gary (2006). China, la India y el Nuevo Orden Mundial. La Situación del Mundo, *The World Watch Institute 2006* p. 41-72.
- FRYNAS, Jędrzej George, WOOD, Geoffrey e OLIVEIRA, R.M.S. Soares de (2003). Business and Politics in São Tomé e Príncipe: From Cocoa Monoculture to Petro-State. *Lusotopie 2003* : 33-58. [em linha]. [referência de 28 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/frynas2003.pdf>>.
- GOUDINA, Ekaterina (2006). *A New Draft Law on the Subsoil for Russia: Advantages and Disadvantages*. RESOURCES Number 92/93 – Fall 2005/Winter 2006. [em linha]. [Calgary]. [referência de 30 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.ucalgary.ca/~cirl/pdf/Resources9293.pdf>>.
- GOVERNO CHINÊS (2006). *China's African Policy: January 2006* [em linha]. People's Daily Online [Pequim] [referência de 25 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<http://english.people.com.cn/200601/12/eng20060112_234894.html>.

- GUARDIAN UNLIMITED (2005). *The end of oil is closer than you think*. 21 de Abril de 2005 [em linha]. [referência de 10 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.guardian.co.uk/life/feature/story/0,,1464050,00.html>>.
- GULF OIL AND GAS (2006). *Equator Acquires Interest In Block 2 Of Nigeria-São Tomé JDZ*. [em linha]. [referência de 28 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.gulfoilandgas.com/webpro1/main/mainnews.asp?id=2710>>.
- HART GROUP (2006). *Nigeria Extractive Industry Transparency Initiative (NEITI): Progress Report #10* [em linha]. [referência de 26 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.neiti.org/HartJanuaryProgressrep.pdf>>
- HILL, John (2006). China Watch: Sino-Arabian Relations Flourish with the Oil Trade. *Jane's Intelligence Review*, July 2006, p. 50-51.
- HOUSE OF REPRESENTATIVES (2005). *Conference Report on H.R.6, Energy Policy Act of 2005* [em linha]. [Washington]. [referência de 26 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www1.eere.energy.gov/femp/pdfs/epact05_full_text.pdf>.
- HOWLAND, Jonathan (2004). *Hazardous Seas: Maritime Sector Vulnerable to Devastating Terrorist Attacks* [em linha]. [The Jewish Institute for National Security Affairs] [referência de 4 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.jinsa.org/articles/articles.html/function/view...egoryid/1701/documentid/2426/history/3,2360,655,1701,2426>>.
- IAEM - INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES (1993). *ME 71-00-08 Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: IAEM.
- IAEM - INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES (2000). *NC 71-00-15 - Geografia, Geopolítica e Geoestratégia. Realidade Geopolítica. (As Principais Teses)*. Lisboa: IAEM.
- IAGS - INSTITUTE FOR THE ANALYSIS OF GLOBAL SECURITY (2004). *India's Energy Security Challenge* [em linha]. [Washington]. [referência de 24 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.iags.org/n0121043.htm>>.
- ICEP (2005). *Ficha de Mercado: Moçambique* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 15 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.icep.pt/mercados/infonlmercados.asp>>
- ICEP (2006 a)). *Investimento Internacional* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 1 de Fevereiro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.icep.pt/portugal/investimento.asp>>
- ICEP (2006 b)). *Angola: Ficha de Mercado* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 15 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.icep.pt/mercados/infonlmercados.asp>>
- ICEP (2006 c)). *Guiné-Bissau: Ficha de Mercado* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 15 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.icep.pt/mercados/infonlmercados.asp>>
- ICEP (2006 d)). *São Tomé e Príncipe: Ficha de Mercado* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 15 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.icep.pt/mercados/infonlmercados.asp>>

- ICEP (2006 e)). *Comércio Internacional* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 1 de Fevereiro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.icep.pt/portugal/comercio.asp>>
- ICEP (2007). *Cabo Verde: Ficha de Mercado* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 15 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.icep.pt/mercados/infonlmercados.asp>>
- IEA - INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2004). *World Energy Outlook 2004* [em linha]. [Paris]. [referência de 3 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.iea.org/Textbase/publications/index.asp>>.
- IEA - INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2006). *Angola: Towards an Energy Strategy*. Paris: OECD.
- IMF (2006). *World Economic Outlook Database, September 2006* [em linha]. [Washington]. [referência de 28 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.imf.org/Pubs/FT/weo/2005/02/chp1pdf/fig1_1.pdf>.
- IPAD - INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO (2006). *Plano de Actividades de 2006 (Proposta Final)* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 15 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=18&Itemid=49>
- IRIN (2006). *Sao Tome And Principe: Attorney General Finds 'Serious Flaws' In The Award Of Oil Exploration Contracts*. UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. [em linha]. [referência de 28 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.irinnews.org/report.asp?ReportID=50699&SelectRegion=West_Africa&SelectCountry=SAO_TOME_AND_PRINCIPE>
- KISSINGER, Henry (2002). *Precisará a América de Uma Política Externa? Uma Diplomacia para o Século XXI*. Lisboa: Gradiva.
- KLARE, Michael T. (2001) . *The Geopolitics of War* [em linha]. [referência de 23 de Setembro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.hempfarm.org/Papers/Geopolitics_of_war.html>.
- KRAEMER, Thomas D. (2006). *Addicted to Oil: Strategic Implications of American Oil Policy* [em linha]. [Carlisle] [referência de 23 de Outubro de 2006]. Carlisle Papers in Security Strategy, Strategic Studies Institute of the US Army War College. Disponível na Internet em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=705>>.
- KUNSTLER, James Howard (2006). *O Fim do Petróleo: o Grande Desafio do Século XXI*. Lisboa: Bizâncio.
- LARSON, Alan (2004). *Geopolitics of Oil and Natural Gas* [em linha]. [Washington]. [referência de 14 de Setembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://usinfo.state.gov/journals/ites/0504/ijee/larson.htm>>.
- LINDE, Coby van der, PERLOT, Wilbot e HOOGEVEEN, Femke, (2006). Escenários del mañana : sistema geopolítico y petróleo. *Política Exterior*, Julho/Agosto 2006, nº 112, p. 49-66.
- MARCEL, Valérie (2006). *Investment in Middle East Oil: Who needs Whom?* Report - February 2006. Londres: Chatham House.

- MASCARENHAS, Ana Sofia e DAVID, Nuno (NI). *Energy Management and Policy: Petróleo*. [em linha]. [IST] [referência de 15 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em:
<http://in3.dem.ist.utl.pt/master/02energy/pres8_1.pps#369,1,Petróleo>.
- MDN (NI) - *Cooperação Técnico-Militar com os Países da África Subsahariana e com Timor-Leste* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 15 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organograma/DGPDN/departamento_coop_tecmilitar/coop_tecnico_militar_paises_africa.htm>.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. *Principais Linhas da Política Externa Portuguesa* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 20 de Setembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<http://www.minnestrangeiros.pt/politica/programa_gov/>
- MINISTRY OF NON-CONVENTIONAL ENERGY SOURCES (2004). *Renewable Energy in India: Business Opportunities* [em linha]. [New Delhi]. [referência de 17 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://mnes.nic.in/business%20oppertunity/index.htm>>.
- MIRANDA, Jorge (2004). *Curso de Direito Internacional Público*, 2ª Ed Rev. Cascais: Principia.
- MOREIRA, Adriano (2005). *Teoria das Relações Internacionais*, 5ª Edição. Coimbra: Almedina.
- NATIONAL ENERGY POLICY DEVELOPMENT GROUP. (2001). *Report of the National Energy Policy Development Group: May 2001* [em linha]. [Washington]. [referência de 28 de Setembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.whitehouse.gov/energy/National-Energy-Policy.pdf>>
- NAYBERG, Roberto (1997). Qu'est-ce qu'un Produit Stratégique? L'Exemple du Pétrol. *Défense Nationale*, Février 1997.
- NINCIC, Donna J. (2002). Sea Lane Security and U.S. Maritime Trade: Chokepoints as Scarce Resources. *Globalization and Maritime Power*. [em linha]. [Vallejo, California] [referência de 24 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<http://www.ndu.edu/inss/books/Books_2002/Globalization_and_Maritime_Power_Dec_02/09_ch08.htm>.
- NOËL, Pierre (2006). La «doctrine Bush» et la sécurité pétrolière. *Politique Étrangère*, 2 :2006, p. 243-253.
- NUNAN, Cólín (2004). *Petrodollar or Petroeuro? A new source of global conflict*. [em linha]. [referência de 23 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.feasta.org/documents/review2/nunan.html>>.
- NYE Jr., Joseph S. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.
- OPEC (2006 a)). *OPEC Annual Statistical Bulletin 2005* [em linha]. [Viena]. [referência de 18 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.opec.org/library/>>.
- OPEC (2006 b)). *OPEC Long Term Strategy* [em linha]. [Viena]. [referência de 18 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.opec.org/library/>>.

- PEREIRA, Rui P. (2006). A Nova Política da China em África. *Relações Internacionais*, Junho 2006, nº 10, p. 19-38.
- PEYTRIGNET, Gerard (1996). *Sistemas de Protecção da Pessoa Humana: O Direito Internacional Humanitário*. Co-edição Instituto Interamericano dos Direitos Humanos, Comité Internacional da Cruz Vermelha e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.
- PINHEIRO, Cor Cav António Manuel Rodrigues (2006). *Modelos de “Africanização” das Operações de Apoio à Paz*, separata da Nação e Defesa Nº 114, Verão 2006. Lisboa: IDN.
- PROGRAMA DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL (2005). [em linha]. [Lisboa]. [referência de 28 de Setembro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais>.
- PULIDO, João Garcia e FONSECA, Pedro (2004). *O Petróleo e Portugal: O Mundo do Petróleo e o seu Impacto no Nosso País*. Lisboa: Tribuna da História.
- RAMOS, COR MAT Alfredo Oliveira Gonçalves (2006). *Prevenção e Resolução de Conflitos: O papel das Organizações Regionais Africanas no espaço lusófono*. Lisboa: IESM. TILD no âmbito do CPOG 2005-06.
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 169/2005. *Estratégia Nacional Para a Energia* [em linha]. [Lisboa]. [referência de 11 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MEI/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20050929_MEI_Prog_Estrategia_Energia.htm>.
- RODRIGUES, J. Caleia (2000). *A Geopolítica do Petróleo: Anatomia dos Conflitos, Diplomacias, Segurança e Soberania*. Lisboa: Atelier dos Livros.
- RODRIGUES, J. Caleia (2006). *Petróleo – Qual Crise?*. Lisboa: Booknomics.
- SAN JOAQUIN GEOLOGICAL SOCIETY (2002). *The History of the Oil Industry* [em linha]. [Bakersfield]. [referência de 12 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.sjgs.com/history.html>>.
- SANTOS, General José Alberto Loureiro dos (1983). *Incursões no Domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANTOS, General José Alberto Loureiro dos (2004). *Convulsões: Ano III da “Guerra” ao Terrorismo. Reflexões sobre Estratégia IV*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- SANTOS, General José Alberto Loureiro dos (2006). *O Império debaixo de Fogo: Ofensiva Contra a Ordem Internacional Unipolar. Reflexões sobre Estratégia V*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- SEIBERT, Gerhard (2006). *Adjudicação de blocos petrolíferos rodeada de irregularidades*, Expresso África [em linha]. [referência de 28 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://africa.expresso.clix.pt/common/services/imprimir.asp?id=24759727>>

- SINTON, Jonathan E. et al (2005). *Evaluation of China's Energy Strategy Options* [em linha]. [Berkeley]. [referência de 25 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://china.lbl.gov/publications/nesp.pdf>>.
- THE BAKER INSTITUTE ENERGY FORUM (2004 a)). *The Energy Dimension in Russian Global Strategy: The influence of Russian energy supply on pricing, security and oil geopolitics*. [em linha]. [Houston]. [referência de 17 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.rice.edu/energy/publications/russiangulobalstrategy.html>>.
- THE BAKER INSTITUTE ENERGY FORUM (2004 b)). *Critical Issues in Brazil's Energy Sector*. [em linha]. [Houston]. [referência de 17 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.rice.edu/energy/publications/brazilenergysector.html>>.
- THE WHITE HOUSE NATIONAL ECONOMIC COUNCIL. (2006). *Advanced Energy Initiative: February 2006* [em linha]. [Washington]. [referência de 28 de Setembro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://www.whitehouse.gov/stateoftheunion/2006/energy/energy_booklet.pdf> .
- THE WHITE HOUSE. (2006 a)). *The State of the Union Address by the President: 31st January 2006* [em linha]. [Washington]. [referência de 24 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.whitehouse.gov/stateoftheunion/2006/index.html>>.
- THE WHITE HOUSE. (2006 b)). *The National Security Strategy : March 2006* [em linha]. [Washington]. [referência de 28 de Setembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/>>.
- THE WHITE HOUSE. (2007). *The State of the Union Address by the President: 23rd January 2007* [em linha]. [Washington]. [referência de 25 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2007/01/20070123-2.html>>.
- THE WORLDWATCH INSTITUTE (2006). *La Situación del Mundo 2006: Eje Principal: China y la Índia*. Barcelona: Icaria Editorial.
- THOMPSON, Eric V. (2006). *Major Oil Companies Operating In The Gulf Region (By Country)* Arabian Peninsula & Gulf Studies Program: University of Virginia [em linha]. [Charlottesville]. [referência de 26 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.virginia.edu/igpr/APAG/apagoilcompany.html>>.
- TOMÉ, Luís L. (2004). *Novo Recorte Geopolítico Mundial*. Lisboa: EdiUAL.
- UN (2004). *Demographic Yearbook* [em linha]. [Nova Iorque] [referência de 28 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dyb2.htm>>.
- UN (2005). UN Millennium Development Goals [em linha]. [Nova Iorque] [referência de 23 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>.
- US DOD - DEPARTMENT OF DEFENSE (2003). *Sudan Peace Act Report , April 21, 2003* [em linha]. [Washington]. [referência de 28 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/p/af/rls/rpt/19790.htm>>.

- US DOD (2007). *U.S. Africa Command: 07Feb2007* [em linha]. [Washington] [referência de 12 de Fevereiro de 2007]. Disponível na Internet em:
<<http://www.defenselink.mil/DODCMSShare/briefingslide/295/070207-D-6570C-001.pdf>>.
- USAID (2006 a)). *West Africa Regional Program (WARP)* [em linha]. [Washington] [referência de 23 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<http://www.usaid.gov/locations/sub-saharan_africa/countries/warp/>.
- USAID (2006 b)). *Strategic Framework for Africa* [em linha]. [Washington] [referência de 23 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACG573.pdf>.
- WILSON, Dominique e PURUSHOTHAMAN, Roopa (2003). *Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. Goldman Sachs' Global Economics Paper No: 99 [em linha]. [Nova Iorque]. [referência de 17 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www2.goldmansachs.com/insight/research/reports/99.pdf>>.
- WISNER, Ben, TOULMIN, Camilla e CHITIGA, Rutendo (2005). *Towards a New Map of Africa*. London: Sterling VA, Earthscan.
- WTRG ECONOMICS (2006). *Oil Price History and Analysis* [em linha]. [London, Arkansas] [referência de 23 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.wtrg.com/prices.htm>>.
- YUAN, Jing-dong (2006). *China-Asean Relations: Perspectives, Prospects and Implications for U.S. Interests* [em linha]. [Carlisle] [referência de 23 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em:
<<http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/>>.
- ZIMMERMANN, Marcio Pereira (2006). *A Política Energética Brasileira*. Apresentação na Escola de Guerra Naval do Brasil, Rio de Janeiro, em 28 de Junho de 2006.

Apêndice 1 – Corpo de conceitos

África Subsaariana – Região do continente africano a sul do deserto do Sahara. Exclui os países do Magreb e Egipto e, segundo outras fontes, também o Sudão.

Barter agreements - Contratos de transacção em que o crude ou produtos petrolíferos são trocados por bens, serviços ou bens de capital (Pulido e Fonseca, 2004)

Commodities – Produtos, bens e serviços, não degradáveis, de uso comum, com alguma uniformidade de características, transaccionados no mercado de futuros, com base nos preços e não em características especiais, em função do retorno previsível e do risco de flutuações de preços.

Conflito – Desacordos, litígios de interesses ou diferendos fundamentais irreconciliáveis, podendo ser resolvidos por meios pacíficos – persuasão, negociação, mediação, arbitragem ou outros processos do Direito Internacional – e que não originam, necessariamente, um estado de guerra – declarada ou não – entre os grupos políticos considerados (Couto, 1988).

Contrato de concessão - Contrato em que o Estado cede o direito de propriedade de ocorrências de hidrocarbonetos a uma companhia, ou a uma parceria, mediante o pagamento de *royalties* e taxas e, eventualmente, de outros tipos de contrapartidas (Pulido e Fonseca, 2004).

Contrato de serviço – Contrato em que o Estado negoceia as condições de prestação de serviço por uma companhia, ou parceria, mediante contrapartidas a negociar (Pulido e Fonseca, 2004).

Crise – Ameaça do emprego da força com alta probabilidade de concretização, assim como a rotura no devir previsível dos acontecimentos, são os dois elementos fundamentais. Será internacional se forem actores do sistema político internacional e interna no caso se verificar no interior do país (Santos, 1983).

Crude de referência – Crudes utilizados como índice de comparação na formação de preços nos mercados spot: o Brent, no mercado de Roterdão, para a Europa, África e Ex-URSS; o Dubai, no mercado de Singapura, para o Médio Oriente, Ásia e Oceânia; e o WTI (West Texas Intermediate), no mercado de Nova Iorque, para o Continente Americano (Pulido e Fonseca, 2004).

Direito de ingerência - Direito reconhecido ou legítimo que uma ou mais Nações têm de violar a soberania de um outro Estado, no quadro de um mandato de consenso emitido por uma autoridade supranacional, como a ONU (Peytrignet, 1996).

Direito Humanitário - Corpo de normas jurídicas de origem convencional ou consuetudinária, especificamente aplicado aos conflitos armados, internacionais, e que limita por razões humanitárias, o direito das partes em conflito de escolher livremente os métodos e os meios utilizados na guerra, evitando que sejam afectadas as pessoas e os bens legalmente protegidos (Peytrignet, 1996).

Downstream – Área da indústria petrolífera que compreende o transporte, refinação, logística e marketing (Pulido e Fonseca, 2004).

Factores geopolíticos/geoestratégicos – Conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspetivação consistente de apoio à política e à estratégia (ME 71-00-08).

Forward transactions - Contratos de transacção de crude ou produtos petrolíferos, a preço fixo para compras ou vendas a ocorrer em períodos de um a três meses seguintes (Pulido e Fonseca, 2004).

Geoestratégia – Estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivarem-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica (ME 71-00-08).

Geopolítica – Estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivarem-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da ciência política (ME 71-00-08).

Integração regional – Processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre actores levando à criação de novas formas de governação política-institucional de âmbito regional. (Hoffmann, 2004, citado em Ramos, 2006).

Long-term contracts - Contratos de transacção de crude ou produtos petrolíferos, normalmente assinados por períodos anuais renováveis, com preço fixo e envolvendo grandes volumes, garantindo aos produtores, refinadores e distribuidores a estabilidade de fornecimento e homogeneidade do produto (Pulido e Fonseca, 2004).

Organização dos países exportadores de petróleo (OPEP) - Organização intergovernamental, cujos membros actuais são Angola, Arábia Saudita, Argélia, EAU, Indonésia, Irão, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar e Venezuela. Foi criada em Bagdad, a 14 de Setembro de 1960, com a finalidade de concertar as políticas petrolíferas dos estados membros, assegurar a regularidade da produção e oferta e salvaguardar uma distribuição equitativa dos proventos. Tem a sua sede em Viena e é reconhecida pelas NU.

Petróleo bruto – Mistura de hidrocarbonetos existentes em forma líquida em reservatórios naturais subterrâneos e que se mantêm líquidos à pressão atmosférica após passagem pela superfície separadora. As produções consideradas petróleo bruto incluem: Líquidos tecnicamente definidos como petróleo bruto; pequenas quantidades de hidrocarbonetos existentes em estado gasoso, em reservatórios naturais subterrâneos, líquidos à pressão atmosférica após extracção; pequenas quantidades de não-hidrocarbonetos extraídos associados ao petróleo bruto. (Rodrigues, 2006)

Preço CIF (Cost Insurance Fright) – Preço dum carregamento de produtos refinados no porto de destino, que inclui os custos de transporte (Pulido e Fonseca, 2004).

Preço FOB (Free on Board) – Preço do crude a carregar num terminal petrolífero, sendo a transferência de propriedade transferida logo que o produto passa a bóia de carga, competindo ao comprador o pagamento dos custos de transporte (Pulido e Fonseca, 2004).

Production sharing agreement - Contrato em que o Estado concede o direito a uma companhia, ou a uma parceria, de receber uma percentagem escalonada dos hidrocarbonetos que eventualmente venham a ser produzidos, como compensação do risco e investimento realizado, mediante o pagamento de bónus de concessão e de início de produção, acrescidos dos impostos sobre o rendimento (Pulido e Fonseca, 2004).

Recurso estratégico – Recurso em que a sua posse se reveste de utilidade manifesta (necessidade); não existem alternativas imediatamente disponíveis com vista à sua substituição (unicidade); e a sua necessidade e unicidade são claramente percebidas pelos decisores políticos (Nayberg, 1997).

Reservas comprovadas – Quantidade de hidrocarbonetos existentes em jazidas exploradas, com um grau de certeza superior a 90% e cuja dimensão varia para mais ou para menos, ao longo do tempo, de acordo com as alterações de custos, geologia, mercado e preços futuros (IEA, 2004: 87).

Reservas de hidrocarbonetos - Quantidade destes recursos que podem ser extraídas duma forma economicamente rentável, assente em pressupostos de custos, geologia, mercado e preços futuros (IEA, 2004: 87).

Reservas possíveis - Quantidade de hidrocarbonetos que se supõe existirem em jazidas exploradas, que poderão ser recuperadas, e com um grau de probabilidade superior a 10% (IEA, 2004: 87).

Reservas prováveis - Quantidade de hidrocarbonetos existentes em jazidas exploradas e que se espera que venham a ser comercializáveis, com um grau de probabilidade superior a 50% (IEA, 2004: 87).

Spot transaction - Contratos de transacção de crude ou produtos petrolíferos a realizarem-se no curto prazo, menos de um mês, que se caracterizam por flutuações diárias de preços (Pulido e Fonseca, 2004).

Terrorismo – Designação relativa a organizações, associações e grupos, seus promotores, membros e apoiantes, bem como as acções levadas a cabo por essas entidades, visando prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral.

Upstream – Área da indústria petrolífera que compreende a prospecção, exploração e produção (Pulido e Fonseca, 2004).

Apêndice 2 – Apontamento histórico sobre fontes energéticas

O conhecimento da utilização do petróleo é bastante antigo. De acordo com a San Joaquin Geological Society (SJGS, 2002), existem referências sobre a extracção e utilização do petróleo na China em 347 dC, assim como a descrição por Marco Pólo, em 1264, da sua extracção em Baku. O petróleo era utilizado essencialmente para iluminação, com o óbice de produzir um forte e desagradável odor.

Até à era industrial, a energia necessária às várias actividades humanas era satisfeita com base na queima de biomassa, na utilização de óleos vegetais e animais, pela tracção animal e emprego de engenhos aproveitando a energia eólica e hidráulica. Com o advento da revolução industrial e a invenção da máquina a vapor, o carvão assumiu o papel de principal fonte energética, que se manteve até ao fim da primeira metade do séc. XX.

As técnicas de destilação de petróleo, com a finalidade de obter querosene para iluminação – alternativa económica ao dispendioso óleo de baleia – foram inicialmente desenvolvidas pelo Dr. Abraham Gesne, geólogo canadiano. Os seus trabalhos foram aprofundados pelo polaco Ignacy Lukasiewicz, que registou a patente de refinação do petróleo em 1853 e com dois sócios, iniciou a extracção de crude em Bóbrka, Polónia. Em 1857, outros empresários iniciaram a exploração em Bend, nos Cárpatos romenos.

A extracção com processos mecanizados e intensivos para fins comerciais teve início, quase em simultâneo, na Pensilvânia (Titusville) e em Baku (Aspheron) na segunda metade do século XIX, e que constituem *benchmarks* da história do petróleo. A procura era limitada devido aos custos serem muito superiores ao do carvão, sendo que os derivados da destilação se destinavam à iluminação e os resíduos para a produção de energia-vapor.

Segundo Caleia Rodrigues, a Rússia foi o primeiro país a intensificar o uso de petróleo como alternativa ao carvão. Por volta de 1910, toda a energia-vapor produzida para utilização em fábricas e navegação fluvial e marítima, provinha do *ostatki*, o resíduo da destilação do petróleo bruto. No Ocidente, a utilização de derivados de petróleo intensificou-se após a abertura de campos petrolíferos em Bornéu (1898) e Texas (poço de Spindletop, 1901), devido à composição química do crude ser mais adequada para a destilação de refinados para queima. As marinhas das grandes potências europeias começaram a adoptar o petróleo em alternativa ao carvão, como foi o caso da Itália, a partir de 1890, e o Reino Unido a partir de 1903. Numa década, o Reino Unido conseguiu uma rede mundial de armazenamento, que lhe permitia a utilização de combustíveis líquidos por toda a frota (Rodrigues, 2006: 43).

Constituem marcos na história do petróleo, a prospecção e descoberta de grandes jazidas de petróleo, que contribuíram para a satisfação de necessidades crescentes de energia, derivadas do desenvolvimento e do crescimento populacional. É de referir a primeira concessão para prospecção e exploração atribuída pelo Xá da Pérsia ao empresário britânico William Knox D'Arcy em 28 de Maio de 1901, tendo o primeiro petróleo sido extraído no campo Masjid-Soleiman, sete anos mais tarde. Descobertas de jazidas de relevo ocorreram em 1922 no Iraque (Kirkuk), em 1932 no Barhein, em 1938 no Kuwait (Burgan) e em 1939 na Arábia Saudita (Abqaiq) e Qatar (Duhkan).

O consumo de derivados de petróleo teve um grande incremento com o desenvolvimento do motor de combustão interna a quatro tempos, por Nikolaus August Otto em Janeiro de 1862 e produzido industrialmente a partir de 1876. Este avanço tecnológico tornou possível o automóvel, as aeronaves e um conjunto de máquinas e motores para todo o tipo de trabalho.

Contudo, o carvão manteve a sua importância como principal fonte para aquecimento e produção de energia-vapor, utilizada em grandes fábricas, caminhos-de-ferro e na produção de electricidade. No princípio do séc. XX, o consumo anual era de cerca de 800 milhões de toneladas, e em 1913 era de cerca de 1300 milhões de toneladas, cerca de 75% do consumo global de energia.

A produção de petróleo cresceu de 5,75 milhões de barris anuais em 1871 para cerca de 407,5 milhões em 1914, o que corresponde a um aumento de cerca de 70 vezes num espaço de 50 anos (Rodrigues, 2006: 42-43).

De acordo com as estatísticas da BP (BP, 2006), os contributos do petróleo e do carvão, para a satisfação das necessidades energéticas globais, atingiram a paridade em 1965. Para um consumo global de cerca de 3800 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, o carvão e o petróleo contribuíram com cerca de 1500 milhões TOE cada.

Nos quarenta anos seguintes, as necessidades energéticas globais aumentaram de 3800 milhões TOE em 1965, para 10500 milhões em 2005. O aumento do consumo está directamente relacionado com o crescimento económico e com o aumento da população mundial. Neste último aspecto, é de salientar a aceleração do crescimento populacional nos últimos 25 anos, que se traduziu num aumento de 46%.

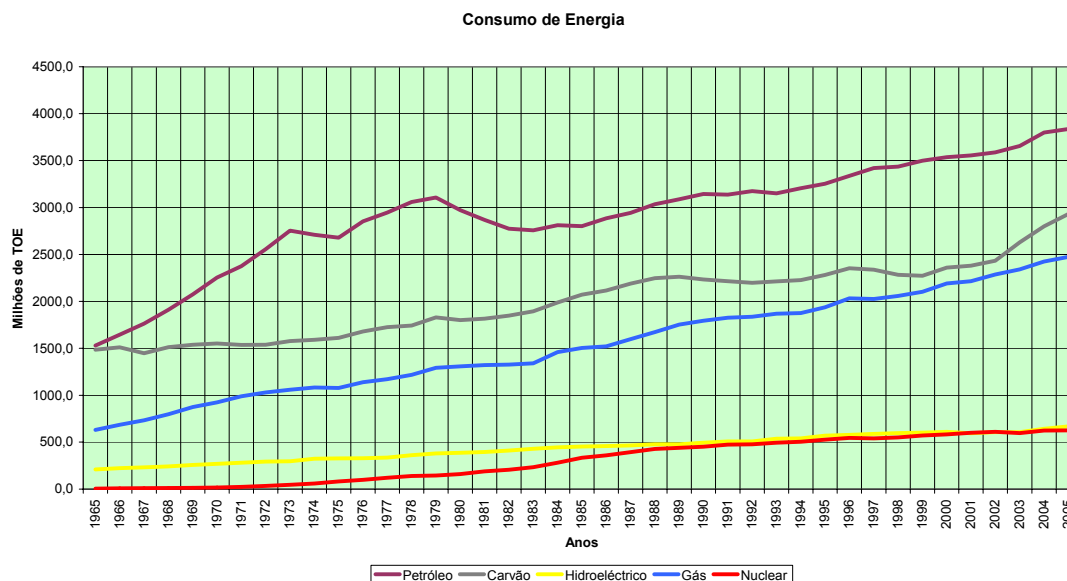


Figura n.º 1: Evolução do Consumo de Energia de 1965 a 2005

Fonte: Elaborado com dados da BP Statistical Review of World Energy: June 2006

A análise do gráfico supra permite constatar um forte aumento do consumo de petróleo e gás no período de 1965 a 2005. O gráfico reflecte também a influência dos choques petrolíferos de 1973 e 1979, consequência da guerra do Yom Kippur e da revolução iraniana.

A energia nuclear teve um crescimento notório a partir de 1973, mas naturalmente limitado pelos elevados custos de investimento, pelos riscos de acidente, pela dificuldade de alienar o material radioactivo resultante e pela dificuldade de acesso à tecnologia. As grandes potências mantêm alguma reserva neste domínio, pela sua directa correlação com a proliferação de armas nucleares.

A produção de energia hidroeléctrica mais do que triplicou no período, passando de 210,5 milhões para 668,7 milhões de TOE. A sua expansão é limitada pelas características hidrológicas e morfológicas de cada país, bem como pelos elevados investimentos iniciais nas infra-estruturas.

O consumo de carvão duplicou no período. A União Europeia decresceu de 490 milhões para 290 milhões de TOE, essencialmente por razões de natureza ambiental. As repúblicas da Ex-URSS diminuíram o consumo de carvão de 328 milhões de TOE para quase metade. O grande contributo para o referido aumento verificou-se na região da Ásia-Pacífico, em especial pela China, Índia e Japão.

Apêndice 3 – Principais produtores, consumidores e importadores de petróleo

1. Indicadores globais por região

Com base nas estatísticas da BP, apresenta-se uma síntese dos dados mais significativos relativos à produção, consumo e fluxos de petróleo em 2005 (BP, 2006).

	América do Norte	América do Sul e Central	Europa e Eurásia	Médio Oriente	África	Ásia Pacífico	TOTAL MTon
Produção	16,5%	9,0%	21,7%	31,0%	12,0%	9,8%	3 895
Consumo	29,5%	5,8%	25,1%	7,1%	3,4%	29,1%	3 837

Quadro n.º 1: Distribuição da produção e consumo petrolífero em 2005 por áreas geográficas

Fonte: Elaborado com dados da BP Statistical Review of World Energy: June 2006

2. Indicadores por países

PRODUTORES

Lug	País	MTon	% Total
1	Arábia Saudita	526,2	13,51%
2	Rússia	470,0	12,07%
3	EUA	310,2	7,96%
4	Irão	200,4	5,14%
5	México	187,1	4,80%
6	China	180,8	4,64%
7	Venezuela	154,7	3,97%
8	Canadá	145,2	3,73%
9	Noruega	138,2	3,55%
10	Kuwait	130,1	3,34%
11	EAU	129,0	3,31%
12	Nigéria	125,4	3,22%
13	Iraque	89,5	2,30%
14	Argélia	86,5	2,22%
15	Brasil	84,7	2,17%
16	Reino Unido	84,7	2,17%
17	Líbia	80,1	2,06%
18	Kazaquistão	63,0	1,62%
19	Angola	61,2	1,57%
20	Indonésia	55,0	1,41%
21	Qatar	48,8	1,25%
22	Omã	38,5	0,99%
23	Malásia	36,8	0,94%
24	Índia	36,2	0,93%
25	Argentina	36,2	0,93%

CONSUMIDORES

Lug	País	MTon	% Total
1	EUA	944,6	24,62%
2	China	327,3	8,53%
3	Japão	244,2	6,36%
4	Rússia	130,0	3,39%
5	Alemanha	121,5	3,17%
6	Índia	115,7	3,01%
7	Coreia do Sul	105,5	2,75%
8	Canadá	100,1	2,61%
9	França	93,1	2,43%
10	México	87,8	2,29%
11	Arábia Saudita	87,2	2,27%
12	Itália	86,3	2,25%
13	Brasil	83,6	2,18%
14	Reino Unido	82,9	2,16%
15	Espanha	78,8	2,05%
16	Irão	78,4	2,04%
17	Indonésia	55,3	1,44%
18	Holanda	49,6	1,29%
19	Tailândia	45,6	1,19%
20	Singapura	42,2	1,10%
21	Taiwan	41,6	1,09%
22	Austrália	39,7	1,04%
23	Bel & Lux	39,5	1,03%
24	Turquia	30,0	0,78%
25	Egipto	29,2	0,76%

IMPORTADORES

Lug	País	MTon
1	EUA	634,4
2	Japão	244,2
3	China	146,5
4	Alemanha	121,5
5	Coreia do Sul	105,5
6	França	93,1
7	Itália	80,2
8	Índia	79,5
9	Espanha	78,8
10	Holanda	49,6
11	Singapura	42,2
12	Taiwan	41,6
13	Bel & Lux	39,5
14	Tailândia	34,4
15	Turquia	30,0
16	África do Sul	24,9
17	Polónia	21,9
18	Grécia	20,9
19	Paquistão	17,4
20	Austrália	16,4
21	Portugal	15,3
22	Suécia	15,1
23	Filipinas	14,7
24	Áustria	14,2
25	Ucrânia	13,9

Quadro n.º 2: Principais produtores, consumidores e importadores de petróleo em 2005

Fonte: Elaborado com dados da BP Statistical Review of World Energy: June 2006

Conforme tabela supra, é de particular relevância a diferente situação dos sete países mais desenvolvidos e as potências emergentes. A França, a Alemanha e o Japão depen-

dem totalmente do exterior para o fornecimento de petróleo e em situação quase similar está a Itália, que apenas cobre cerca de 6,5% das suas necessidades. Os EUA têm uma dependência petrolífera externa de cerca de 66,9%. O Canadá é auto-suficiente e exporta cerca de 26,5% da sua produção. O Reino Unido produz pouco mais além das suas necessidades. A Rússia é auto-suficiente e exporta cerca de 71,4% da sua produção de petróleo. O Brasil é auto-suficiente e com potencialidades para se tornar um exportador significativo. A China tem uma dependência externa de 48,1% e a Índia de cerca de 68,5%. É de realçar o peso crescente dos *BRIC* na procura mundial, pois alguns estudos, nomeadamente da Goldman Sachs, projectam estes países, juntamente com os EUA e Japão, como as seis maiores economias em 2050 (Wilson e Purushothaman, 2003).

Apêndice 4 – Fluxos petrolíferos

Na tabela abaixo são apresentados os fluxos de petróleo inter-regiões. São dados relevantes que permitem identificar as dependências energéticas dos grandes actores, bem como uma base para a compreensão das questões geopolíticas. São meros indicadores, pois tão importantes como os fluxos de crude, são as questões de transporte, refinação, volume de investimento de companhias petrolíferas estatais ou internacionais, entre outras.

Fluxos inter-regionais de petróleo												
2005												
Milhões de Toneladas												
	PARA											
DE	EUA	Canadá	México	América S & Centra	Europa	África	Australasia	China	Japão	Outros Ásia Pacífico	Resto do Mundo	Total
EUA	-	7,4	10,1	15,5	11,6	0,7	-	0,4	4,0	3,5	0,9	54,1
Canadá	107,1	-	0,1	0,2	0,8	-	-	-	0,3	-	-	108,5
México	81,8	1,7	-	6,7	10,5	0,1	-	-	-	1,6	0,2	102,6
América S & Central	140,9	5,3	2,1	-	15,1	1,0	-	5,3	0,1	3,3	-	173,1
Europa	53,3	22,0	2,4	2,3	-	12,9	-	0,6	0,3	6,0	4,5	104,3
Rússia	23,0	-	0,1	3,0	287,0	0,5	-	19,6	2,3	3,5	10,0	349,0
Médio Oriente	116,5	7,1	0,5	7,8	156,1	37,2	5,6	67,4	211,7	369,2	3,0	982,1
Norte de África	26,7	8,4	0,3	5,7	97,0	4,1	0,2	3,2	0,1	5,4	0,6	151,7
África Ocidental	96,5	2,0	-	8,4	34,6	4,4	0,2	28,6	3,0	38,1	0,9	216,7
África Oriental e Sul	-	-	-	-	1,3	-	-	6,7	4,0	1,2	-	13,2
Australásia	0,7	-	-	-	-	-	-	1,2	3,2	5,8	-	10,9
China	1,6	0,1	-	1,6	0,2	0,1	0,4	-	2,3	14,0	0,4	20,7
Japão	-	-	-	-	0,4	-	0,4	3,3	-	1,0	-	5,1
Outros Ásia Pacífico	8,3	0,2	0,1	0,3	6,1	0,7	26,8	30,3	24,8	14,6	0,5	112,7
Não identificados	10,3	5,5	-	0,3	34,3	-	1,9	0,3	2,1	2,1	-	56,8
TOTAL												
IMPORTAÇÕES	666,7	59,7	15,7	51,8	655,0	61,7	35,5	166,9	258,2	469,3	21,0	2461,5

Quadro n.º 3 : Fluxos de petróleo inter regiões em 2005

Fonte: BP Statistical Review of World Energy: June 2006

As principais fontes de fornecimento dos EUA situam-se na América do Sul e Central, Médio Oriente, Canadá, África Ocidental e México; a Europa importa da Rússia, Médio Oriente e Norte de África; o Japão é fortemente dependente do Médio Oriente; e por último, a China tem como principais fornecedores o Médio Oriente, a África Ocidental e a Rússia.

Também é de assinalar as maiores regiões exportadoras: o Médio Oriente com 40%, a Rússia com 14,2% e a África Ocidental com 8,8% do total mundial.

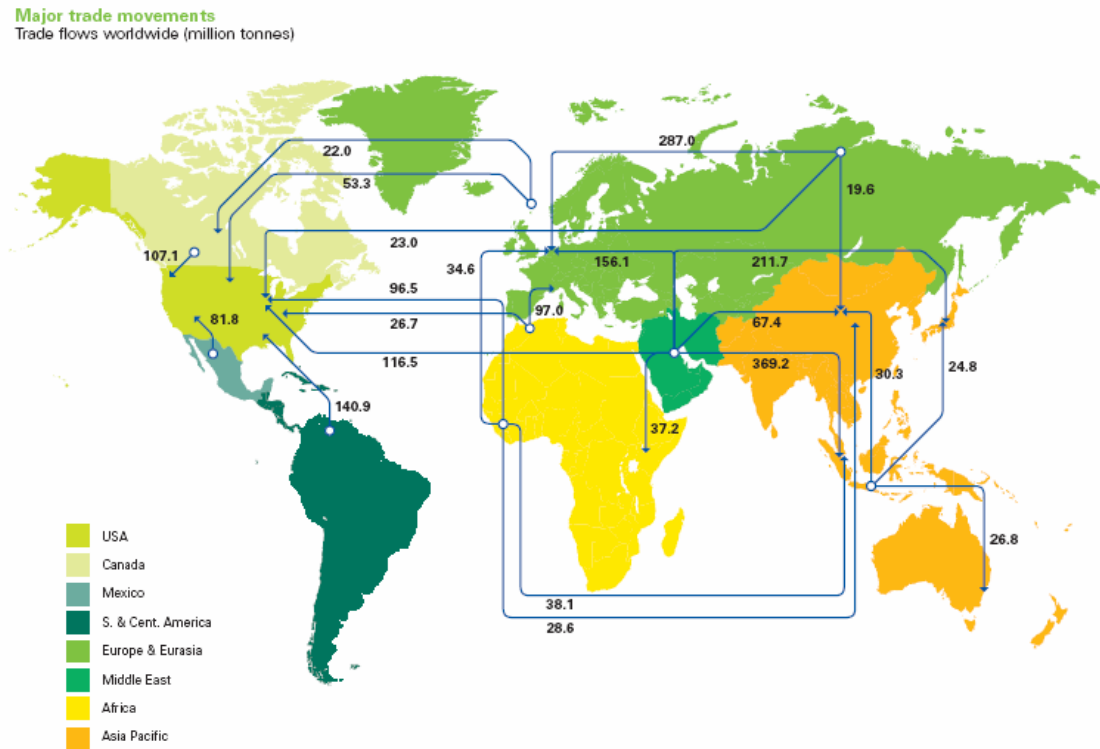


Figura n.º 2: Fluxos de petróleo inter regiões em 2005

Fonte: BP Statistical Review of World Energy: June 2006

A figura acima mostra os mesmos dados numa forma espacial. Permite concluir da criticidade de alguns pontos de passagem obrigatória, vulgarmente designados por *choke points*.

Figure 8–1. World Vital Chokepoints

Eastern Mediterranean and Persian Gulf	Eastern Pacific	Europe	Africa	The Americas
Bosporus	Strait of Malacca	Great Belt	Mozambique Channel	Panama Canal
Dardanelles	Sunda Strait	Kiel Canal		Cabot Strait
Suez Canal	Lombok Strait	Dover Strait		Florida Straits
Strait of Hormuz	Luzon Strait	Strait of Gibraltar		Yucatan Channel
Bab-el Mandab	Singapore Strait			Windward Passage
	Makassar Strait			Mona Passage

Figura n.º 3: Choke points

Fonte: Sea Lane Security and U.S. Maritime Trade: Chokepoints as Scarce Resources (Nincic, 2002)

Os ataques aos transportes marítimos, no âmbito de pirataria e/ou terrorismo, têm merecido a maior atenção dos estados e de agências como a International Maritime Organization das NU, a OCDE, a International Chamber of Commerce, entre outras, que têm

vindo a adoptar políticas e medidas para prevenir e combater este flagelo (Crist, 2003 e Howland, 2004).

A crescente dependência do transporte marítimo determinará, mais tarde ou mais cedo, um incremento das capacidades navais de países grandes consumidores e de acções de presença e vigilância para protecção das linhas de comunicação marítimas.

Apêndice 5 – Evolução dos preços de petróleo

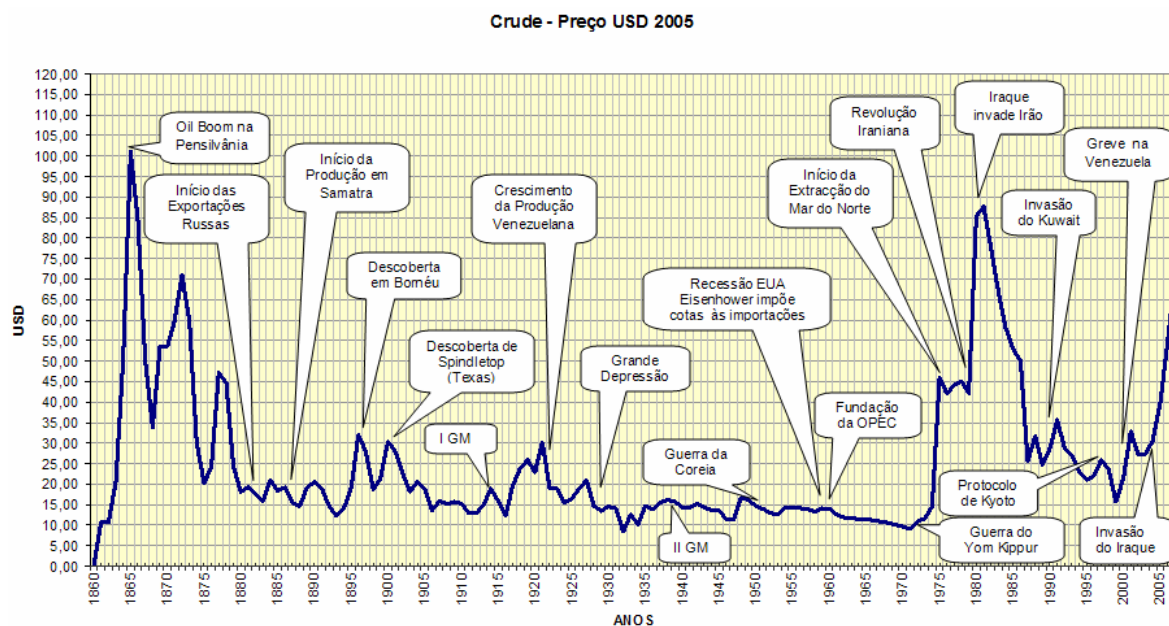


Figura n.º 4: Evolução dos preços de petróleo e acontecimentos determinantes

Fonte: Elaborado a partir de dados do BP Statistical Review of World Energy: June 2006

O gráfico pretende ilustrar a evolução dos preços de petróleo e os acontecimentos principais que determinaram grandes variações, entre 1860 e 2005.

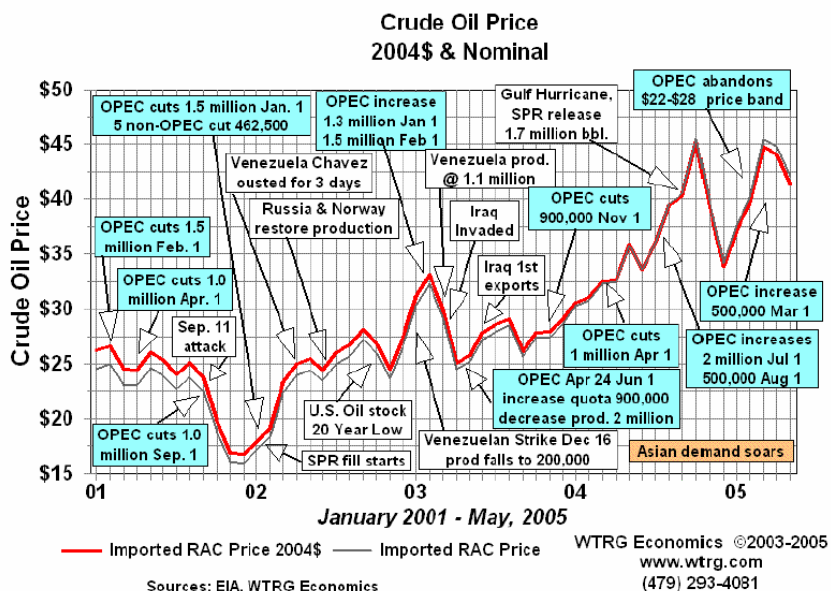


Figura n.º 5: Detalhe da evolução dos preços de petróleo entre 2001 e 2005

Fonte: WTRG Economics, 2006

A segunda figura mostra o detalhe de acontecimentos entre 2001 e 2005, bem como as medidas tomadas pela OPEC, em termos de cortes e aumentos dos níveis de produção, para influenciar os preços de mercado (WTRG Economics, 2006).

Apêndice 6 – Rede dos principais pipelines euro-asiáticos

No presente apêndice apresentam-se alguns mapas, disponíveis no *site* da EIA, com a finalidade de sublinhar algumas das questões que se prendem com o traçado dos *pipelines*.



Figura n.º 6: Infra-estrutura de pipelines de petróleo e gás da ex-URSS

Fonte: EIA Country Analysis Brief . Russia (EIA, 2006 c))

A figura supra mostra que a antiga URSS tinha como principais regiões de produção a Sibéria Ocidental, a região de Timan-Pechora, Cáspio, Transcaucásia e Turkménistão. A rede de *pipelines* estava orientada primordialmente para a Europa.

A figura seguinte permite observar o detalhe da rede europeia, conhecida por *Druzhba* (em português “Amizade”), destinada às exportações para os países satélites da da Ex-União Soviética, bem como o Sistema de Pipelines do Báltico, destinado à exportação da produção de Timan-Pechora e da Sibéria Ocidental. Este último sempre se revestiu de grandes dificuldades técnicas, pelo facto dos portos de exportação se situarem em mares gelados, durante o período de Inverno, e as baixas temperaturas aumentarem o grau de viscosidade do petróleo.



Figura n.º 7: Detalhe da infra-estrutura de pipelines de petróleo e gás na Europa

Fonte: ibidem



Figura n.º 8: Projectos de pipelines para evitar os estreitos de Bósforo e Dardanelos

Fonte: ibidem

As passagens dos estreitos de Bósforo e Dardanelos encontram-se congestionadas pelo tráfego marítimo, à semelhança do que sucede noutros pontos críticos, como o canal do Suez. Para obstar este facto, foram elaboradas várias propostas de construção de *pipelines*, que para além de serem vantajosas dum ponto de vista económico, constituem uma fonte de receita e de poder para os países onde é implantado o traçado.



Figura n.º 9: Projectos de pipelines na região do Cáspio e Transcaucásia

Fonte: ibidem

A figura permite visualizar os dois projectos de *pipelines* de maior capacidade na região do Cáspio e da Transcaucásia: o projecto russo Caspian Pipeline Consortium e o projecto Baku-Tbilisi-Ceyhan dum consórcio liderado pela BP, com apoio do governo americano. O primeiro visa canalizar a produção do Cáspio através da Rússia, até ao porto de Novorossiysk no Mar Negro; o segundo visa curto-circuitar a Rússia e o Irão, canalizando a produção do Cáspio para o porto turco Ceyhan no Mediterrâneo.

Na realidade, face ao aumento da procura e da previsão da produção da região no médio prazo, os dois projectos não são antagónicos mas sim complementares.

Apêndice 7 – Evolução das reservas de petróleo

1. Evolução das reservas comprovadas de 1985 a 2005

Distribution of proved reserves in 1985, 1995 and 2005
Percentage

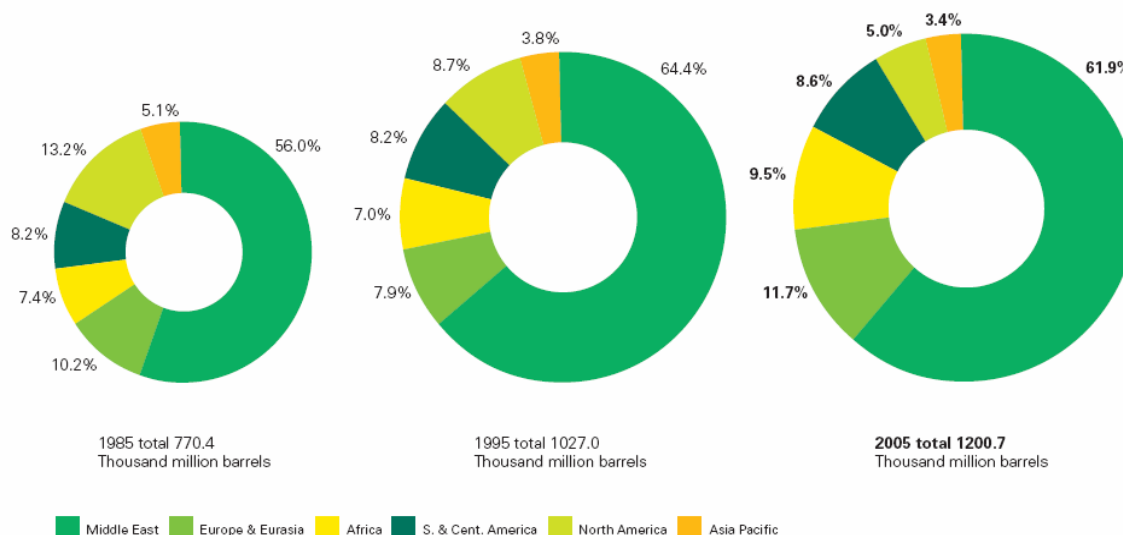


Figura n.º 10: Distribuição das reservas comprovadas em 1985, 1995 e 2005

Fonte: BP Statistical Review of World Energy: June 2006

A análise do gráfico permite evidenciar uma diferente evolução das reservas petrolíferas:

- Uma subida de importância do Médio Oriente até 1995, seguida de uma quebra.
- Uma diminuição da quota da região Europa-Ásia até 1995, relativa à produção do offshore do Mar do Norte, seguida dum aumento das reservas da Rússia.
- Um aumento significativo das reservas de África.
- Uma diminuição significativa da percentagem das reservas da América do Norte e da Ásia-Pacífico.

2. Previsão da evolução das reservas entre 1995 e 2025

Region	Proved Reserves	Reserve Growth	Undiscovered	Total
OECD				
United States	21.4	78.0	83.0	180.4
Canada	178.8	12.5	32.6	223.9
Mexico	12.9	25.8	45.8	84.3
OECD Europe	15.1	20.0	35.9	71.0
Japan	0.1	0.1	0.3	0.5
Australia/New Zealand	1.5	2.7	5.9	10.1
Non-OECD				
Russia	80.0	108.2	115.3	281.5
Other Non-OECD Europe/Eurasia ..	19.1	32.3	55.8	107.0
China	18.3	19.8	14.8	52.5
India	5.8	3.8	6.8	16.4
Other Non-OECD Asia	10.3	14.8	23.9	48.8
Middle East	743.4	252.5	289.2	1,265.1
Africa	102.8	73.5	124.7	300.8
Central and South America	103.4	90.8	125.3	319.5
Total World	1,292.5	730.2	938.9	2,961.6
OPEC	901.7	395.8	400.5	1,697.8
Non-OPEC	390.9	334.8	538.4	1,263.9

Quadro n.º 4: Previsão sobre a evolução das reservas petrolíferas de 1995 a 2025, em Gb

Fonte: International Energy Outlook June 2006

A previsão foi elaborada pelo Departamento de Energia dos EUA (DOE) admitindo que num cenário de alta de preços, as areias betuminosas (*tar sands*) do Canadá serão economicamente rentáveis e como tal, integráveis no conceito de reservas comprovadas de petróleo convencional. A análise do quadro permite identificar a localização das reservas mais significativas: o Médio Oriente com 42,7%, a América Central e do Sul com cerca de 10,8%, as de África com cerca de 10,2% e as da Rússia com cerca de 9,5% do total mundial.

3. Evolução das fontes de produção de petróleo

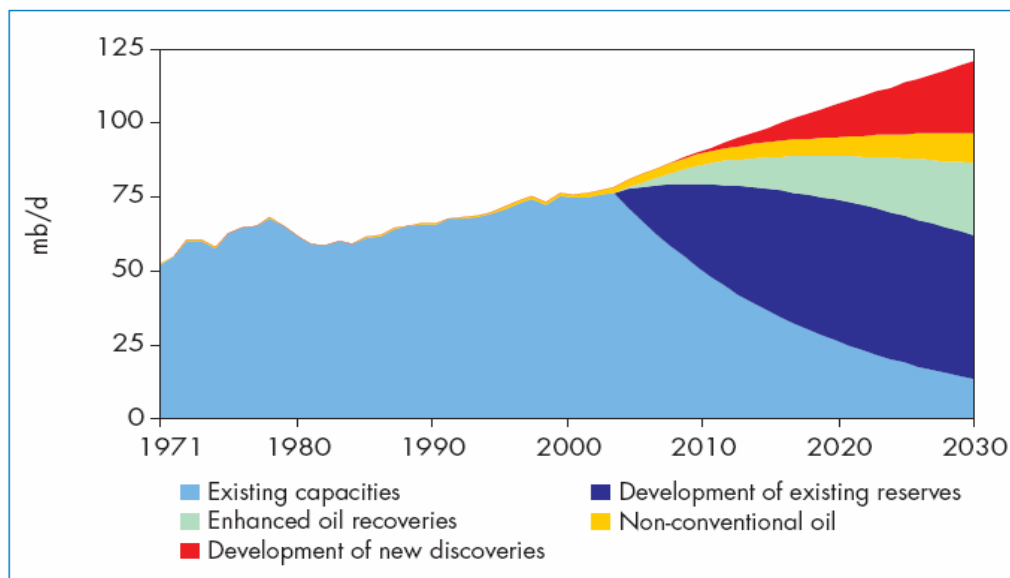


Figura n.º 11: Projecção da produção mundial de petróleo por fonte em Mb/d

Fonte: World Energy Outlook 2004

De acordo com a IEA, a produção de petróleo até 2030 terá as fontes referidas na figura anterior. O gráfico permite identificar uma quebra de produção das capacidades existentes entre 2005 e 2010, sendo o aumento de produção conseguido através de técnicas avançadas de recuperação, petróleo não convencional ou novas descobertas. Deduz-se do gráfico, que o pico das reservas actuais será atingido entre 2005 e 2010.

Apêndice 8 – Reservas, produção e exportação de petróleo africano

		RESERVAS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO
		MB	Kb/d	Kb/d
África do Norte ¹	Líbia	39.100,0	1.633,0	1.464,0
	Argélia	11.350,0	2.083,4	1.841,0
	Egipto	3.700,0	684,0	88,5
	Tunísia	308,0	75,0	-
	Marrocos	1,1	0,5	-
	Total parcial	54.459,1	4.475,9	3.393,5
Faixa Ocidental Africana ²	Nigéria	35.876,0	2.633,0	2.105,0
	Angola	5.412,0	1.241,8	1.183,8
	Gabão	2.500,0	233,0	222,3
	Guiné Equatorial	1.765,0	355,3	354,0
	R.D. Congo (Zaire)	1.538,0	22,0	13,7
	Rep Congo	1.500,0	226,9	221,6
	Mauritânia	1.000,0	-	-
	Chad	900,0	250,0	248,0
	Camarões	400,0	60,0	37,0
	Costa do Marfim	100,0	57,0	-
	Ghana	16,5	6,0	-
	Benim	8,2	-	-
	Total parcial	51.015,7	5.085,0	4.385,4
Faixa Oriental Africana ³	Sudão	600,0	360,9	279,0
	África do Sul	15,7	34,0	-
	Total parcial	615,7	394,9	279,0
TOTAL AFRICA		106.090,5	9.955,8	8.057,9

Quadro n.º 5: Reservas, produção e exportação de África em 2005

Fonte: Dados da EIA, Country Profiles

¹ Territórios na costa Norte de África, entre Sahara Ocidental e Egipto.

² Territórios na costa Oeste de África, entre Mauritânia e Angola, incluídos Cabo Verde e Chade.

³ Territórios na Costa Oeste e Sul de África, desde Sudão à África do Sul, incluídos Botswana, Madagáscar, Malawi, Namíbia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Apêndice 9 – Principais companhias petrolíferas presentes em África

País	País de Origem das Companhias	Companhias Petrolíferas
Líbia (EIA, 2006 j))	Alemanha	Wintershall
	Arábia Saudita	Nimr Petroleum
	Austrália	Oil Search Ltd e Woodside
	Áustria	OMV
	Brasil	Petrobras
	Canadá	Husky Oil, Red Sea Oil Corp, Canadian Occidental, PetroCanada e Verenex
	China	CNPC
	Coreia do Sul	Pedco
	EAU	Liwa
	Espanha	Repsol
	EUA	Amerada Hess, ChevronTexaco e Occidental Petroleum
	França	Total
	Grécia	Hellenic Petroleum
	Holanda	Shell
	Índia	Indian Oil Co e ONGC
	Indonésia	Medco Energy
	Itália	Eni
	Malásia	Petronas
	Noruega	Norsk Hydro
	Turquia	Turkish Petroleum Overseas Co
	Ucrânia	Naftogaz Ukrainy
Argélia (EIA, 2006 i))	Argélia	Sonatrach
	Austrália	BHP - Billiton
	Canadá	Talisman
	China	Sinopec e Cnooc
	EAU	Gulf Keystone
	Espanha	Cepsa
	EUA	Halliburton, Anadarko, Amerada Hess, Burlington Resources,
	Itália	Agip
	UK	BP
Egipto (EIA, 2006 k))	Alemanha	Deminex (Suez Oil Company)
	Egipto	Egyptian General Petroleum Corporation e Tharwa Oil
	EUA	Apache e Seagull Energy
	França	Total
	Holanda	Shell (Badr el-Din Petroleum Company)
	Itália	ENI (Petrobel)
	UK	BP (Gupco) , BG (El Zaafarana Oil Company) e Burren Energy
Nigéria (EIA, 2006 n))	Alemanha	Deminex
	Brasil	Petrobras
	Canadá	Nexen
	China	Sinopec e Cnooc
	EUA	Chevron, ConocoPhillips, ExxonMobil, Sun Oil e Tenneco
	França	Total
	Holanda	Shell
	Itália	ENI/Agip
	Nigéria	NNPC
	Noruega	Statoil
	UK	BP e BG
S. Tomé e Príncipe (Gulf Oil and Gas, 2006)	Canadá	ONGC Videsh Limited e Hércules
	China	Sinopec
	EUA	Chevron, ExxonMobil, ERHC Energy e Anadarko
	Nigéria	Equity Energy Resources, A & Hatman, MoMo Petroleum e Foby Engineering
	Suiça	Addax Petroleum
	UK	Equator

Angola (IEA, 2006)	EUA	Chevron, Devon, Esso, Occidental, Amoco, ConocoPhillips, Eagle Energy, Marathon, NIR, Ocean Energy, ExxonMobil e Falcon Oil
	França	Total e ELF
	Canadá	CNR
	UK	BP, BHP e a Ranger Oil
	Austrália	ROC
	Itália	Agip
	Japão	Ajoco-Ajex
	Portugal	Galp Energia
	Croácia	InaftaPlin e Nafta
	Ucrânia	NaftaGas
	Noruega	Norsk Hydro e Statoil
	Brasil	Petrobras e Odebrecht
	Índia	Petrolnett
	Malásia	Petronas
	Holanda	Shell
	China	Sinopec
Gabão (EIA, 2005 c))	França	Total
	Holanda	Shell
Guiné Equatorial (EIA, 2006 p))	África do Sul	Energy Africa
	Brasil	Petrobras
	China	Cnooc
	EUA	ExxonMobil, Amerada Hess, Marathon, Noble Energy, Chevron, Vanco Energy, Atlas e Devon
	Guiné Equatorial	GEPetrol
	Irlanda	Tullow Oil
	Malásia	Petronas, Sasol
	Suiça	Glencore
RDC (EIA, 2006 n))	UK	Perenco
República do Congo (EIA, 2006 r))	Canadá	Heritage Oil
	EUA	Chevron e Murphy Oil
	França	Total e Maurel et Prom
	Itália	Agip
	UK	Burren Energy
Sudão (USDOD, 2003)	China	CNPC
	EUA	Marathon
	França	Total
	Índia	ONGC
	Kuwait	Kupfec
	Malásia	Petronas
	Sudão	Sudapet

Quadro n.º 6: Principais companhias petrolíferas presentes em África

Fonte: Dados da EIA, Country Profiles, Gulf Oil and Gas, 2006 e USDOD, 2003

Apêndice 10 – Relações comerciais Portugal-PALOP

	ANGOLA	CABO VERDE	MOÇAMBIQUE ^(*)	GUINÉ - BISSAU	S. TOMÉ E PRÍNCIPE
Exportações					
Valor M€	800	148,9	54,9	24,1	22,4
Quota	2,7%	0,5%	0,2%	0,1%	0,08%
Posição	9º	23º	35º	54º	57º
Importações					
Valor M€	25	7,5	26,1	0,996	0,253
Quota	0,05%	0,02%	0,1%	0,0%	0,0%
Posição	63º	103º	69º	140º	154º
Posição Portugal					
Cliente	ND	1º	ND	ND	ND
Fornecedor	1º	1º	3º	2º	1º

^(*) Dados de 2004

Quadro n.º 7: Relações comerciais de Portugal com os PALOP em 2005

Fonte: Fichas de Mercado do ICEP

Apêndice 11 – Direitos nos blocos em Angola e destino das exportações

1. Direitos nos blocos onshore em produção

Ownership rights of onshore operating blocks

A. Onshore operating/producing			
Block FST		Block FS	
Current Production - 16 kb/d			
Total E&P	32.67	Total E&P	49.0
Sonangol	51.00	Sonangol	51.0
Chevron Texaco	16.33		

Source: Ministry of Petroleum.

Quadro n.º 8: Direitos nos blocos onshore em produção

Fonte: Angola: Towards an Energy Strategy (IEA, 2006: 90)

2. Direitos nos blocos offshore em produção

Ownership rights of offshore producing oil blocks

B. Offshore Operating/Producing					
Block 0		Block 1		Block 2	
Production 2004	393 kb/d	Production 2004	0 kb/d	Production 2004	41 kb/d
Chevron Texaco	39.2	AGIP	50.0	Chevron Texaco	20.0
Sonangol EP	41.00	Elf	25.0	Total E&P	27.5
Total E&P	10.00	Petrogal	10.0	Braspetro	27.5
Agip	9.8	Ina-nafta plin nafta gas	9.8	Sonangol P&P	25.0
			9.8		
Block 3		Block 4		Block 14	
Production 2004	120 kb/d	Production 2004	0 kb/d	Production 2004	61 kb/d
Total E&P	50.0	Sonangol P&P	80.0	Chevron Texaco	31.0
Ajoco-Ajex	25.00	Elf	10.0	Agip	20.0
Agip	15.00	Agip	9.8	Total E&P	20.0
Naftagas	5.0			Sonangol	20.0
Ina-nafta plin	5.0			Galp Energy	9.0
Block 15		Block 17			
Production 2004	134 kb/d	Production 2004	235 kb/d		
Esso	40.0	Total E&P	40.0		
BP	30.0	Esso	20.0		
Agip	20.0	BP	16.7		
Statoil	10.0	Statoil	13.3		
		Norsk Hydro	10.0		

Source: Ministry of Petroleum.

Quadro n.º 9: Direitos nos blocos offshore em produção

Fonte: Angola: Towards an Energy Strategy (IEA, 2006: 91)

3. Direitos nos blocos offshore em exploração

Ownership rights of offshore non-producing exploration blocks

C. Offshore Exploration					
Block 5		Block 7		Block 9	
Sonangol	30.0	Phillips	40.0	Chevron Texaco	40.0
BP Amoco	27.5	Eagle Energy	30.0	Mobil	35.0
Norsk-Hydro	27.5	Petrolnet	30.0	Eagle Energy	15.0
Nafta	15.0			Norsk-Hydro	10.0
Block 16		Block 18		Block 19	
Canadian natural Resources	50.0	BP	50.0	Total E&P	30.0
Odebrecht	30.0	Shell	50.0	Ranger Oil	25.0
Sonangol	20.0			Ocean Energy	20.0
				Sonangol	20.0
				BHP	5.0
Block 20		Block 21		Block 22	
Exxonmobil	50.0	BHP	30.0	Chevron Texaco	40.0
Chevron Texaco	50.0	BP	20.0	Esso	25.0
		Esso	20.0	Sonangol	20.0
		Sonangol	20.0	BHP	15.0
		Shell	10.0		
Block 24		Block 25		Block 31	
Esso	50.0	Agip	40.0	BP	26.7
Ocean Energy	15.0	Esso	35.0	Exxonmobil	25.0
Petronas	15.0	Sonangol	25.0	Statoil	13.3
Sonangol	20.0			Marathon	10.0
				Total E&P	5.0
				Sonangol	20.0
Block 32		Block 33		Block 34	
Total E&P	30.0	Exxonmobil	45.0	Sonangol	20.0
Marathon	30.0	Total E&P	15.0	Norsk-Hydro	30.0
Exxonmobil	15.0	Falcon Oil	10.0	ConocoPhillips	20.0
Galp Energy	5.0	NIR	5.0	Petrobras	15.0
Sonangol	20.0	Galp Energy	5.0	Shell	15.0
		Sonangol	20.0		

Source: Ministry of Petroleum.

Quadro n.º 10: Direitos nos blocos offshore em produção

Fonte: Angola: Towards an Energy Strategy (IEA, 2006: 93)

4. Destino das exportações angolanas de petróleo

Angolan crude oil exports to the OECD

	Exports (kb/d)									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Austria	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Belgium	0	0	3	0	0	6	1	0	0	0
France	0	19	29	21	13	35	71	77	61	55
Germany	39	19	4	12	18	9	6	24	8	0
Italy	13	23	0	7	2	2	4	26	16	0
Japan	2	3	0	3	2	0	3	45	5	0
Korea	0	10	24	27	110	52	24	24	20	11
Netherlands	3	0	0	0	0	3	15	4	1	0
Portugal	0	0	0	3	0	6	13	8	0	0
Spain	21	20	8	0	5	13	13	3	0	11
Switzerland	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0
United Kingdom	0	0	0	1	2	0	5	0	0	0
United States	366	354	429	472	375	322	340	339	378	322
China	20	33	77	22	58	173	76	114	203	324
Exports to OECD	443	453	496	545	527	447	494	549	489	399
Exports to non OECD	132	205	187	128	160	241	190	298	338	534
Total Exports	575	658	683	673	687	688	684	847	827	933

Quadro n.º 10: Destino das exportações angolanas de petróleo

Fonte: Angola: Towards an Energy Strategy (IEA, 2006: 98)